

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

MESTRADO

FINANÇAS EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

***A PERFORMANCE DOS BANCOS EM PORTUGAL
NO PERÍODO 2005-2014: UMA PERSPETIVA***

MARGARIDA TOMÁS DIAS PEREIRA BASTO

2016

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE ECONOMIA

MESTRADO
FINANÇAS EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

***A PERFORMANCE DOS BANCOS EM PORTUGAL
NO PERÍODO 2005-2014: UMA PERSPETIVA***

MARGARIDA TOMÁS DIAS PEREIRA BASTO

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Prof. Fernando Manuel Félix Cardoso

2016

Declaração de Autoria do Trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Margarida Tomás Dias Pereira Basto

.....

(assinatura)

Direitos de cópia ou Copyright

© **Copyright:** Margarida Tomás Dias Pereira Basto.

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Queria agradecer a todos os que contribuíram e me apoiaram na realização desta dissertação.

Em primeiro lugar, ao meu orientador Prof. Fernando Cardoso pela imensa paciência, dedicação, pela disponibilidade, pela sugestão, pela sua permanente disponibilidade, pela motivação e pelos inúmeros conselhos que me soube transmitir, fazendo-me sempre acreditar que num espaço tão curto de tempo conseguiria desenvolver a dissertação.

Queria agradecer também a todos os professores do Mestrado de Finanças Empresariais da Faculdade.

A todas as amigas e colegas de casa, que são muitas, por toda a força, motivação, apoio e carinho.

Gostaria de agradecer à minha enorme família, ao meu pai, à minha mãe, ao meu irmão, à minha avó, aos meus tios, às minhas tias, aos meus primos, pois sem eles não seria possível ser o que sou hoje e pelo seu imenso carinho, apoio e motivação.

Quero agradecer especialmente ao Daniel pela maior paciência deste mundo, apoio, carinho, dedicação, motivação, compreensão e por dizer sempre: “tu consegues; nunca desistas”.

Resumo

Este trabalho aborda a performance dos maiores bancos portugueses entre 2005 e 2014.

Este foi um período muito conturbado da história da banca em Portugal. Foi exatamente devido a essa situação que cresceu a minha motivação para desenvolver este tema.

O setor bancário sempre me entusiasmou. O aprofundamento dos meus conhecimentos sobre esse setor aumentou ao estudar Gestão Bancária na licenciatura em Gestão de Empresas da Faculdade de Economia. Os acontecimentos recentes pela compreensão que tive deles vieram intensificar mais esse interesse.

Com este trabalho pretendo aprofundar e compreender melhor a evolução da banca em Portugal, analisar a sua performance no período 2005-2014 e perceber os motivos que justificam determinados comportamentos conhecidos no período e identificar quais os fatores que justificaram esses acontecimentos.

Para excluir os impactos positivos ou negativos das contas desses bancos no exterior, decidi analisar as contas individuais do Banco Português de Investimento (BPI), do Banco Santander Totta (BST), da Caixa Geral de Depósitos (CGD), do Banco Espírito Santo (BES) e do Banco Comercial Português (BCP) o que se revela inovador no quadro da investigação de banca em Portugal visto que, geralmente, as análises efetuadas se referem sempre a contas consolidadas.

Para analisar a performance dos bancos indicados utilizo o modelo de CAMELS, desenvolvido pela UFIRS, nos EUA.

Ao estudar as contas individuais, poderei mais facilmente identificar as causas e as consequências do que fizeram bem e do que fizeram mal no período definido.

Com base nos resultados, pretendo compreender melhor quais os cenários de comportamento que podemos esperar dos bancos, no futuro.

Palavras-chave: Banca, Análise da performance, CAMELS rating, sustentabilidade.

Abstract

This work discusses the performance of the largest Portuguese banks between 2005 and 2014.

This was a very troubled period in the history of banking in Portugal. It was exactly because of this situation that grew my motivation to develop this theme. The banking industry has always excited me. The deepening of my understanding of this sector increased by studying Bank Management in my degree in Business Management from the Faculty of Economics.

Recent events for the understanding that I had of them, came to intensify that interest.

With this work I intend to gain a better understanding of the evolution of banking in Portugal, analyze their performance in the period 2005-2014 and understand the reasons for certain behaviors known in the period and identify what factors lie behind these events.

To eliminate the positive or negative impacts of the accounts of these banks abroad, I have decided to analyze the individual accounts of Banco BPI, Banco Santander Totta (BST), Caixa Geral de Depósitos (CGD), the Banco Espírito Santo (BES) and the Banco Comercial Portuguese (BCP) which is innovative in the context of the investigation of banking in Portugal since, generally, the analyses made refer always to the consolidated accounts.

To analyze the performance of those banks indicated I use CAMELS model, developed by UFIRS, USA.

By studying the individual accounts, I can more easily identify the causes and the consequences of what they did right and what they did wrong in the defined period.

Based on the results, I would like to better understand what the scenarios of behavior we can expect of banks in the future.

Keywords: banking, performance analysis, CAMELS rating, sustainability

Índice

<i>Declaração de Autoria do Trabalho</i>	iii
<i>Agradecimentos</i>	iv
<i>Resumo</i>	v
<i>Índice de Tabelas</i>	ix
<i>Índice de Quadros</i>	x
<i>Lista de Abreviaturas</i>	xi
<i>Capítulo I – Introdução</i>	1
1. Contexto.....	1
2. Problema.....	1
3. Objetivo.....	4
4. Estrutura	5
<i>Capítulo II - COMO AVALIAR A PERFORMANCE DE UM BANCO</i>	6
2.1 CAMEL Rating System	6
2.2. Principais indicadores utilizados.....	11
2.2.1. Adequação de capital.....	11
2.2.2. Qualidade do Ativo.....	12
2.2.3. Qualidade da Gestão	12
2.2.4. Rendibilidade.....	13
2.2.5. Liquidez	13
2.2.6. Sensibilidade e risco	14
2.3. Medidas propostas para captar a informação necessária ao modelo CAMELS no caso dos bancos portugueses	15
2.3.1. Adequação de capital.....	15
2.3.2. Qualidade do Ativo.....	28
2.3.3. Qualidade da Gestão.....	29
2.3.4. Rendibilidade.....	29
2.3.5. Liquidez	30
2.3.6. Sensibilidade ao Risco.....	32
<i>Capítulo III – Caracterização dos bancos objeto de estudo</i>	33
3.1. Caixa Geral de Depósitos.....	34
3.2. Banco Comercial Português	35
3.3. Banco Espírito Santo.....	36

3.4. Banco Santander Totta	38
3.5. Banco BPI	39
<i>Capítulo IV- Recolha de Dados</i>	42
4.1. Recolha e organização das demonstrações financeiras dos Bancos.....	42
4.1.1. Organização das rubricas das Demonstrações Financeiras	43
4.2 Apresentação e discussão dos resultados	46
4.2.1. Adequação de capital.....	46
4.2.2. Qualidade do Ativo.....	51
4.2.3. Qualidade da Gestão.....	55
4.2.4. Rendibilidade.....	59
4.2.5. Liquidez.....	62
4.2.6. Sensibilidade ao Risco.....	65
4.3. Avaliação da performance segundo as variáveis do modelo de CAMELS	67
<i>Capitulo V – Conclusões, limitações e desenvolvimentos futuros</i>	71
5.1. Conclusões sobre os Bancos analisados.....	71
5.2. Limitações na utilização do modelo de CAMELS e trabalhos futuros.....	72
<i>Referências Bibliográficas</i>	74
<i>Sites Consultados</i>	77
<i>Anexos</i>	77

Índice de Tabelas

Tabela 1. Acontecimentos Marcantes Da História Da Caixa Geral De Depósitos	34
Tabela 2. Histórico Do Banco Comercial Português	35
Tabela 3 Histórico Banco Espírito Santo	36
Tabela 4 Histórico Do Banco Santander Totta	38
Tabela 5 Histórico Do Banco Português De Investimento	39

Índice de Quadros

Quadro 4.1 Adequação do capital (2005-2014).....	46
Quadro 4.2 Variação do capital próprio.....	48
Quadro 4.3 Variação do ativo total.....	49
Quadro 4.4 Capital próprio / crédito a clientes.....	49
Quadro 4.5 Capital próprio / recursos de clientes.....	50
Quadro 4.6 Capital próprio / provisões e imparidades totais.....	50
Quadro 4.7 Importância do crédito a clientes no total do ativo.....	52
Quadro 4.8 Importância dos investimentos financeiros no total do ativo.....	52
Quadro 4.9 Importância das aplicações em disponibilidades no total do ativo.....	53
Quadro 4.10 Provisões e imparidades de crédito no total do credito concedido.....	53
Quadro 4.11 Margem na intermediação financeira.....	54
Quadro 4.12 Rendibilidade em investimentos financeiros.....	55
Quadro 4.13 Gastos totais / ativo total.....	56
Quadro 4.14 Gastos com pessoal / ativo total.....	56
Quadro 4.15 Gastos com pessoal / recursos de clientes.....	57
Quadro 4.16 Produto bancário por colaborador.....	57
Quadro 4.17 Colaboradores por balcão (valores médios).....	58
Quadro 4.18 Rendibilidade do ativo (resultado líquido/ ativo total).....	60
Quadro 4.19 Alavancagem (ativo total / capitais próprios).....	61
Quadro 4.20 Rendibilidade do capital próprio (ROE).....	61
Quadro 4.21 Cost to income.....	62
Quadro 4.22 Crédito clientes / recursos de clientes.....	62
Quadro 4.23 Ativos elevada liquidez / ativo total.....	63
Quadro 4.24 Recursos clientes / ativo total.....	64
Quadro 4.25 Disponibilidades em IC / recursos de IC.....	65
Quadro 4.26 Taxa ativa agregada.....	65
Quadro 4.27 Taxa passiva agregada.....	66
Quadro 4.28 <i>Spread</i> agregado.....	66
Quadro 4.29 Ordenação do rácio “cost- to income”.....	68
Quadro 4.30 Indicador conjunto da variável “rendibilidade”.....	69
Quadro 4.31 Indicador agregado da performance por período.....	69

Lista de Abreviaturas

ADR	American Depositary Receipt
AG	Assembleia Geral
BBI	Banco Borges & Irmão
BCE	Banco Central Europeu
BCH	Banco Central Hispano
BCI	Banco Comercial e de Investimentos
BCP	Banco Comercial Português
BES	Banco Espírito Santo
BESCL	Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa
BFA	Banco Fomento Angola
BFB	Banco Fonseca & Burnay
BFE	Banco de Fomento Exterior
BIS	Bank of International Settlement
BNU	Banco Nacional Ultramarino
BPA	Banco Português do Atlântico
BPI	Banco Português Investimento
BSBC	Basel Committee on Banking Supervision
BSN	Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.
BST	Banco Santader Totta
BTA	Banco Totta e Açores
BVL	Bolsa de Valores de Lisboa
CCB	Capital Conservation Buffer
CCyB	Counter-Cyclical Capital Buffer
CEO	Chief Executive Officer, Diretor geral ou presidente da empresa
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CGDCP	Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CPP	Crédito Predial Português, S.A
EAD	Exposure at Default ou exposição no incumprimento
EBA	Autoridade Bancária Europeia
EL	Expected Loss ou perda esperada
ESFG	Espírito Santo Financial Group
FSB	Fórum de Estabilidade Financeira ou Financial Stability Board
FUNDIMO	Fundo de Investimentos Imobiliário
G20	Grupo dos 20
GES	Grupo Espírito Santo
IRB	Metodologia dos ratings internos
LCR	Liquidity Coverage Ratio ou Rácio de cobertura de liquidez
LGD	Loss Given Default ou perda em caso de incumprimento
LOCAPOR	Companhia Portuguesa de Locação Financeira Mobiliária e da Imoleasing
M	Maturity ou Maturidade
NSFR	Net Stable Funding Ratio ou Rácio de liquidez a longo prazo
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico

OPA	Oferta Pública de Aquisição
OPV	Oferta Pública de Venda
PD	Probability of Default ou probabilidade de incumprimento
RCP	Rendibilidade dos Capitais Próprios
ROI	Return on investment capital ou retorno sobre o investimento
RWA	Ativo ponderado pelo risco
SGPS	Sociedades Gestoras de Participações Sociais
SPI	Sociedade Portuguesa de Investimento
VAR	Value-at-risk

Capítulo I – Introdução

1. Contexto

Os bancos são instituições económicas cuja atividade consiste na realização de operações de intermediação financeira, na prestação de serviços financeiros e na gestão de riscos. (Koch, 1995). Através da função de intermediação, recolhem depósitos e disponibilizam, sob a forma de crédito, os recursos excedentários a outros agentes que deles necessitam. (Cardoso, 2005).

Desde os anos 90 do século passado que existia a ideia que a banca era um setor estável, muito dinâmico e inovador. Era apontado como um setor sólido e credível.

No início do ano 2000 com a entrada no EURO, ninguém diria que a banca portuguesa apresentaria as dificuldades que se vieram a revelar uns anos mais tarde.

De facto, findo o processo de concentração bancária por via de fusões e aquisições ocorridas em Portugal no período 1995-2002, seria de esperar que o sistema se consolidasse, crescendo. Nos primeiros anos da primeira década do século XXI, os cinco bancos com maior representatividade em Portugal eram a Caixa Geral de Depósitos, o Banco Comercial Português, o Banco Espírito Santo, o Banco BPI e o Banco Santander Totta representavam, em conjunto, 80% do crédito a clientes, dos recursos captados, dos ativos totais e da rede de balcões.

A totalidade dos bancos referidos era ou pertenciam a grupos financeiros universais com distribuição multicanal e com estratégias de marketing muito agressivas. Essa agressividade estratégica centrava-se mais no preço do que na diferenciação.

Algo correu mal entretanto depois dessa consolidação. O estudo que se pretende fazer procura encontrar uma resposta para esta constatação.

2. Problema

Nos últimos anos o setor bancário tem sido alvo de muitos acontecimentos com reflexos na sua performance.

Tradicionalmente, a análise dos bancos tende a basear-se na interpretação de acontecimentos, normalmente eventos com impactos, motivados mais por

comportamentos relacionados com agentes, com o mercado de capitais ou com o impacto de acontecimentos pontuais, do que numa análise em perspetiva.

No setor bancário é comum, quando se analisam instituições financeiras, procurar referências. Na prática reduz-se muitas vezes a opinião financeira à análise do rácio de solvabilidade (enquanto medida de adequação de capital), a cometários sobre os resultados líquidos, ao impacto das imparidades e, ultimamente, a uma ou outra informação sobre os resultados de testes de *stress*.

De facto, o rácio de solvabilidade calculado de acordo com a regulamentação emanada pelo BIS (*Bank of International Settlement*), é um indicador muito importante, pois permite às instituições financeiras transparecer solidez e credibilidade. Na prática esse rácio (que é de facto um rácio de autonomia financeira), mede a capacidade dos ativos ajustados aos riscos serem financiados numa percentagem razoável por capitais próprios estáveis.

No que diz respeito aos ativos, dados os riscos que a atividade bancária contempla (nomeadamente os riscos de crédito, liquidez, de mercado e de taxa de juro), os bancos têm de estar preparados para a eventualidade de tais riscos afetarem o valor de mercado dos seus ativos. Essa dificuldade é em grande parte ultrapassada já que os bancos estão obrigados desde 2005 a aplicar as IAS/IFRS e essas, por vários métodos¹, refletem o valor de mercado dos ativos.

No que diz respeito aos capitais próprios estáveis, tem sido grande a preocupação dos reguladores em definir requisitos mínimos de capital a que os bancos têm que estar obrigados e, mais concretamente, ao rácio de "Capital Core Tie. (B.Portugal, 2011).

Se por um lado há a necessidade de estabelecer limites mínimos para os requisitos de fundos próprios, por outro há que avaliar objetivamente os riscos a que os ativos estão sujeitos. O rácio de solvabilidade, que é a resultante dos dois, é por isso um indicador central para analisar a sustentabilidade de um banco.

A sua regulamentação e o modo como esses requisitos devem ser cumpridos, são fundamentais visto que os bancos pequenos, com pouco capital, vêem-se obrigados a fazer alterações importantes nas suas carteiras e, muitas vezes, na suas estruturas acionistas, para corresponder a essas exigências...

¹ São vários os métodos utilizados pela IAS 39 para que os ativos (e os passivos) sejam reportados ao justo valor e não ao custo histórico. Os métodos mais importantes são o "marked-to-market" e o custo amortizado.

Van Hoose (2007) constatou que existe um amplo consenso de que no longo prazo, a regulação do capital terá de implicar necessariamente um aumento dos rácios de capital, que pode passar pelo aumento do tamanho relativo de um *buffer* de capital. O objetivo é proteger os depositantes de perdas em caso de falências bancárias e diminuir a probabilidade de choques adversos.

A multiplicidade de fenómenos que podem ser abordados, justificam que a análise da situação económica e financeira das empresas que exercem a atividade bancária tenham grande relevância, quer para os seus gestores e acionistas, quer para as entidades encarregadas da sua supervisão e também para os seus principais credores - os depositantes.

No entanto, não nos podemos restringir apenas a estudar o comportamento do rácio de solvabilidade quando analisamos um Banco.

O desempenho financeiro dos bancos (e outras instituições financeiras) deve ser medido usando uma combinação instrumentos onde se incluem rácios de atividade, rácios financeiros e análises comparativas (Avkiran, 1995).

É habitual para medir o desempenho dos bancos usar uma série de critérios tais como resultados, liquidez, qualidade de ativos, para além da atitude em relação a riscos e demais estratégias de gestão. Na década de 1970, os reguladores federais nos EUA desenvolveram um sistema de classificação da performance designado por CAMEL² para ajudar o processo de análise dos bancos por si supervisionados.

Assim, em 1979, foi adotado um sistema uniforme de classificação de instituições financeiras para fornecer às agências reguladoras federais, um *framework* para avaliação da condição financeira e do desempenho dos bancos individuais (Siems e Barr; 1998).

A escolha deste método para desenvolver o presente estudo será apresentada por pontos seguintes.

Por outro lado, a escolha deste período, deveu-se principalmente a dois motivos: primeiramente, à possibilidade de poder utilizar o mesmo modelo de análise às demonstrações financeiras dos bancos, visto que, os bancos começaram a aplicar as IAS/IFRS às suas demonstrações financeiras em 2005 abandonando o “Plano de Contas do Sistema Bancário” (conhecido por PCSB) e, ao mesmo tempo, por ter sido também

² CAMEL é o acrónimo das seguintes componentes: Capital Adequacy (C); Assets Quality (A); Management (M); Earnings (E); Liquidity (L)

nesse ano que se iniciou a aplicação do “Acordo de Basileia II” como se desenvolverá mais à frente.

O outro motivo que justificou a escolha por este período, foi poder estudar as demonstrações financeiras dos bancos antes da crise financeira de 2007-2008, durante a crise financeira e depois da crise financeira, procurando saber como atuaram.

Analisar os bancos num perspectiva plurianual mas com uma metodologia comum que permita comparar performances, foi fundamental para o estudo.

Reconhecendo-se que os dados disponíveis são insuficientes para cumprir na íntegra os objetivos proposto recorreremos à informação disponibilizada no sítio do Banco de Portugal.

3. Objetivo

O objetivo desta pesquisa é extrair informação relativa ao comportamento dos 5 maiores bancos portugueses no período 2005-2014, relacionando rubricas do balanço e da demonstração de resultados, no sentido de identificar estratégias diferentes relativamente à abordagem dos três grandes períodos que influenciaram a escolha dos anos em análise: o período antes da crise financeira (2005-2007), o período durante a crise (2008-2010) e o período pós-crise financeira que coincidiu com a crise da dívida soberana em Portugal (2011-2014).

Essa análise é suportada pelo levantamento efetuado às demonstrações financeiras individuais dos bancos escolhidos. Esta opção pretende considerar apenas os resultados da atividades dos bancos em Portugal, excluindo operações de consolidação com atividades dos grupos fora de Portugal que concorreriam para distorcer a análise pretendida. Para fazer essa análise recorreremos aos indicadores utilizados para aplicar o modelo de CAMELS com o objetivo de apurar o nível, tão aproximado quanto possível, da performance medido pelo rating compósito proposto pelo modelo.

Espera-se igualmente poder identificar motivos que determinaram os comportamentos conhecidos nas instituições financeiras em Portugal durante o período.

4. Estrutura

No capítulo I foi apresentado o contexto, o problema a analisar e são identificados os objetivos da presente investigação.

Seguindo-se no capítulo II, a análise do estágio da arte sobre a avaliação da performance dos bancos a partir da aplicação do modelo CAMELS identificando quais as variáveis que devem ser estudadas e quais os indicadores a ser utilizados, independentemente da informação para o seu cálculo estar ou não disponível nos relatórios e contas, quando se avalia a performance de um banco.

No capítulo III, serão apresentadas as instituições em análise, apresentando uma síntese dos factos mais relevantes da sua história recente.

No capítulo IV são apresentados os resultados obtidos através da aplicação dessa metodologia. Completa-se este capítulo com a discussão dos resultados.

Por fim, no capítulo V serão apresentadas as conclusões finais.

Capítulo II - COMO AVALIAR A PERFORMANCE DE UM BANCO

De acordo com Yeh (1996) a utilização dos rácios financeiros é o método normalmente utilizado para analisar a performance de um banco. Podemos dizer que a avaliação da solidez de um banco decorre portanto da análise de um conjunto de indicadores e rácios, não podendo ser limitada à análise isolada de um ou outro indicador relativo.

Apesar dos rácios de capital se assumirem como os indicadores mais relevantes para a avaliação da robustez/solvabilidade de um banco, como atrás referido, a análise à qualidade dos ativos de um banco, mostra-se particularmente importante, para além da análise baseada nos indicadores mais utilizados para medir a liquidez e a rendibilidade - critérios que são naturalmente tidos em conta para análise das instituições. Neves (2011).

No caso do presente estudo, propomos-nos aplicar o modelo de CAMEL.

2.1 CAMEL Rating System

Neste modelo, a solidez de um banco, baseia-se na atribuição de *ratings* obtidos a partir da adoção, em 1979, do *Uniform Financial Institution Rating System* pelo Federal Financial Institutions Examination Council, (UFIRS, 1997), pelo FFIEC (*Federal Financial Institutions Examination Council*)³.

Neste sistema, o regulador atribui uma notação numa escala de 1 a 5, onde 1 é o melhor indicador (correspondente a um banco sólido) e 5 o pior. Esses resultados são confidenciais e apenas são transmitidos aos Conselhos de Administração das instituições analisadas.

³ O FFIEC foi criado em Março de 1979. É um órgão formal habilitado a prescrever princípios uniformes, normas e formulários de relatórios de análise das instituições financeiras, a utilizar pelas várias instituições regulamentares dos EUA e a fazer recomendações para promover a uniformidade na supervisão das instituições financeiras. Para incentivar a aplicação do exame uniforme de princípios e normas pelo Estado e pelas autoridades de supervisão federais, o Conselho instituiu, em conformidade com a exigência dos estatutos, que o Comité de ligação do Estado seja composto por cinco representantes das agências de supervisão das instituições financeiras. O FFIEC é responsável pelo desenvolvimento dos sistemas uniformes de comunicação para as instituições financeiras supervisionadas pelo governo federal e para as suas companhias subsidiárias não financeiras. Promove igualmente estruturas de ensino com vista a habilitar os supervisores das 5 agências de supervisão dos EUA.

De acordo com este modelo, um banco diz-se com problemas se o seu *rating* compósito for de 4 ou 5 sendo certo que a partir de uma notação 3, o banco pode ser forçado a tomar medidas especiais orientadas pelo regulador. Sempre que um banco obtiver as notações 1 ou 2 será considerado sólido.

De acordo com o UFRIS (2014), as características de cada compósito determina as seguintes classes de *rating*:

- (i) **Rating 1**- Entidades que se apresentam sólidas em todos os aspectos e geralmente têm *ratings* de 1 ou 2 em todas as componentes. Os seus pontos fracos são de pouca importância e as soluções para os ultrapassar podem ser tratadas facilmente pelo Conselho de Administração e pela alta direção. As entidades classificadas neste compósito são capazes de resistir a condições de negócios imprevisível e são resistentes a influências externas adversas, decorrentes de instabilidade económica. Estas instituições estão em conformidade com as leis e as regras do setor. Como resultado, apresentam a melhor performance e as melhores práticas de gestão de riscos quando comparadas com entidades semelhantes em dimensão, complexidade e perfis de exposição a riscos. Não suscitam preocupação no que diz respeito à supervisão.

- (ii) **Rating 2** – As entidades classificadas neste grupo são fundamentalmente sólidas. Para uma entidade receber essa classificação, nenhuma classificação de qualquer componente deve ser inferior a 3. A importância dos pontos fracos é moderada, mas o seu tratamento está dentro das competências, capacidades e vontade dos Conselho de Administração e da alta direção. São instituições estáveis que são capazes de suportar as flutuações do negócio. Regem-se em conformidade substancial com as leis e as regras do setor. Em geral, as práticas de gestão de risco são satisfatórias tendo em conta a dimensão, complexidade e perfil de risco da instituição. Não levantam preocupações materiais quanto à fiscalização e, como resultado, a resposta às questões colocadas pela supervisão é informal e limitada.

- (iii) **Rating 3** – As instituições classificadas neste grupo apresentam algum grau de preocupação de supervisão numa ou mais componente. Apresentam uma

combinação de deficiências que podem variar de moderada a graves; no entanto, a magnitude das deficiências não deverá ser classificada abaixo de 4 nas suas componentes. O conselho de administração e alta direção pode não ter a capacidade ou a vontade de ultrapassar efetivamente os pontos fracos detetados dentro de prazos adequados. As instituições neste grupo são geralmente menos capazes de resistir às flutuações dos negócios e são mais vulneráveis às influências externas do que as instituições pontuadas nos compósitos 1 ou 2. Além disso, podem ter não-conformidades com leis e regras e as práticas de gestão de risco podem ser menos do que satisfatória em relação ao tamanho, complexidade e perfil de risco da instituição. Estas instituições exigem uma supervisão atenta, que podem incluir ações concretas de natureza formal. Atendendo à experiência e à capacidade financeira dessas instituições, a sua resolução parece, no entanto, improvável.

(iv) **Rating 4** – As instituições neste grupo apresentam geralmente práticas ou condições inseguras e infundadas. Apresentam deficiências sérias de gestão ou financeiras de que resultam desempenhos insatisfatórios. A gama de problemas oscila entre o nível grave e o criticamente deficiente. Os problemas e os pontos fracos das instituições não são satisfatoriamente resolvidos pelo conselho de administração e pela alta direção. As instituições de crédito neste grupo não são geralmente capazes de suportar as flutuações do negócio, podendo levar a não-conformidades significativas, com leis e regras do setor. As práticas de gestão de risco são geralmente inaceitáveis sendo necessária uma supervisão muita atenta, o que significa, na maioria dos casos, a necessidade de ações de execução formal para resolver os problemas. A resolução é uma possibilidade efetiva, se os pontos fracos e os problemas e fraquezas não forem satisfatoriamente resolvidos.

(v) **Rating 5** – As instituições neste grupo apresentam práticas e condições de funcionamento extremamente inseguras. Apresentam um desempenho muito deficiente, com práticas inadequadas relativamente à dimensão, complexidade e perfil de risco. São estas as instituições que constituem a principal preocupação de supervisão. O volume e a gravidade dos problemas estão geralmente para além da capacidade ou de vontade da administração.

Neste grupo as instituições necessitam de assistência externa para poderem ser viáveis. A supervisão nestas instituições é imprescindível. As instituições neste grupo apresentam um risco significativo e a sua resolução é altamente provável.

As variáveis que estão definidas para qualificar cada um dos *ratings* foram inicialmente as seguintes: 1) adequação de capital; 2) qualidade dos ativos; 3) solidez da gestão; 4) resultados e 5) liquidez. Entretanto, em 1996, foi introduzida uma sexta medida – a sensibilidade e riscos do mercado. Assim o acrónimo do modelo, inicialmente identificada pelas iniciais de cada uma das variáveis em inglês – CAMEL -, passou a designar-se por CAMELS.

De acordo com Buerger, (2011) cada uma dessas componentes do *rating* deve medir o seguinte:

- (i) **Adequação de Capital:** a adequação de capital deve medir a capacidade do banco para lidar com as perdas e a atender a todas as suas obrigações para com os clientes sem cessar as suas operações. Isto deve ser alcançado através de uma sólida composição dos capitais próprios do banco medida por indicadores de adequação de capital que podem ser obtidos por um rácio que relacione o capital com os ativos ponderados pelo risco;
- (ii) **Qualidade do Ativo:** O ativo representa todas as aplicações de fundos de um banco quer sejam dinheiro, ativos financeiros, créditos a clientes, imóveis, equipamentos e transações fora do balanço, quer sejam de prazos curtos (ativos correntes), quer sejam de prazos longos (ativos não correntes). Um indicador suscetível de medir a qualidade dos ativos deve relacionar a perda de valor desses ativos ao longo do tempo, assim como a sua capacidade para não ser afetado por menos valias na sua exploração. A percentagem de crédito em incumprimento é geralmente um bom indicador desta componente;
- (iii) **Qualidade da Gestão:** O Conselho de Administração e a alta direção são as pessoas-chave que são os primeiros responsáveis para o funcionamento bem-sucedido das operações bancárias. Através desta componente, deve ser medida a eficácia da gestão e nomeadamente a forma como respondem a mudanças nas

condições de mercado, bem como aos deveres e responsabilidades delegadas, políticas de compensação e cumprimento das boas práticas de governança das instituições;

(iv) **Resultados:** o rendimento gerado por todas as operações, quer sejam operações tradicionais, não tradicionais ou extraordinárias, constituem as fontes de resultados de um banco. Através deste parâmetro é medida a eficiência do banco em relação ao capital disponível para sustentar as operações e a capacidade de pagar dividendos. Indicadores que relacionem os resultados com os ativos ou com os capitais próprios captam bem a informação necessária para medir este parâmetro;

(v) **Liquidez:** A liquidez é a capacidade do banco converter ativos em dinheiro. A relação do dinheiro detido com as responsabilidades que tem que cumprir em cada momento, determina a capacidade para satisfazer os seus compromissos. Neste parâmetro é importante medir a quantidade de liquidez disponível;

(vi) **Sensibilidade ao Risco:** Através deste parâmetro é verificada a sensibilidade do banco às alterações das condições dos mercados, ou seja, detetar como o banco reage a alterações adversas das taxas de juro, taxas de câmbio, riscos contingenciais, preços das commodities e preços dos ativos.

Como se pode constatar o modelo não define quais os indicadores que devem ser utilizados para medir objetivamente cada variável e qual o peso que cada variável deve ter na construção do *rating*. Esta forma de definir o modelo tem permitido que a sua utilização seja muito flexível e tenham sido utilizados indicadores diferentes para medir cada uma das componentes do modelo CAMELS, ajustando-os às realidades de cada país ou situação a investigar.

Antes de definir os indicadores que escolhemos para medir cada um dos componentes do modelo a aplicar no caso em estudo, vamos apresentar, de forma sucinta, algumas abordagens recolhidas das aplicações que têm sido efetuadas com base neste modelo para que, com base nelas, possamos ajustar melhor as que devemos utilizar no nosso trabalho.

2.2. Principais indicadores utilizados

Neste tópico faz-se uma abordagem à forma como o modelo de CAMELS tem sido aplicado internacionalmente, nomeadamente em relação aos indicadores utilizados para captar a performance das instituições financeiras, constituindo o estado da arte da aplicação deste modelo.

Organizamos por isso esta abordagem por cada uma das 6 variáveis que compõem cada *rating*.

2.2.1. Adequação de capital

De acordo com o UIFRS (1997), a adequação de capital corresponde ao capital necessário para manter o equilíbrio com a exposição da instituição aos riscos a que está exposta.

Têm sido varias as medidas utilizadas para medir a adequação de capital.

Na maior parte dos trabalhos efetuados, o rácio escolhido pelos autores nesta variável é o rácio de adequação de capital (CAR)⁴. Esse rácio relaciona o capital de melhor qualidade com os ativos ponderados pelo risco. Soni (2012), Roman e Sargu (2013) e Chandani *et al* (2014), utilizaram-no nos seus estudos recentes sobre a banca indiana e romena.

Dada a dificuldade de obter dados que captem com objetividade essas grandezas, a grande parte dos investigadores utilizaram aproximações a esse rácio e/ou outros rácios que captam igualmente bem a natureza desta variável. Por exemplo, Dincer *et al* (2011) num trabalho sobre a banca turca, utiliza rácios de autonomia (relacionando o capital próprio com o total do ativo) e um rácio de recursos (relacionando o capital próprio com os recursos obtidos quer sejam de depósitos de clientes quer sejam de depósitos de outras instituições financeiras). Soni (2012) utiliza também um rácio de solvabilidade (relacionando a dívida com o capital próprio) e outros rácios relacionando a dívida com o total do ativo e relacionando os investimentos em ativos financeiros em relação ao total dos ativos. Roman e Sargu (2013) também utilizaram um rácio de solvabilidade (capital próprio em relação à dívida) para medir a adequação de capital.

⁴ CAR – Capital Adequacy Ratio

Rozzani e Rahman (2013), num estudo sobre a banca malaia, utilizaram um rácio de rendibilidade dos ativos (resultados em relação aos ativos) para medir a adequação de capital, o que nos parece desapropriado...

2.2.2. Qualidade do Ativo

Para Dincer *et al* (2011), a qualidade do ativo deve ser medida através de rácios de estrutura que relacionam as principais naturezas do ativo (ativos financeiros, créditos e ativos tangíveis e intangíveis) com o total do ativos. O mesmo acontece no estudo de Soni (2012).

Outra forma utilizada para medir a qualidade dos ativos é medir os NPL (*Nonperforming Loans*), ou seja, o valor das imparidades (de crédito e de outros ativos financeiros ou não financeiros) registados no balanço. Esta forma de medir a qualidade dos ativos é utilizada por Roman e Sergu (2013), por Chandani *et al* (2014), por Rodica-Oana (2014) e por Venkatesh e Wattimena (2015).

2.2.3. Qualidade da Gestão

Este talvez seja uma das variáveis mais subjetiva e mais difícil de medir. Muitos estudos têm sido efetuados sobre a relação entre a performance e a qualidade da gestão. No entanto esses estudos não se centram em dados que se possam ser medidos diretamente nas demonstrações financeiras dos bancos.

Não existe por isso qualquer consenso na abordagem desta variável. Dincer *et al* (2011) considera os rácios de juros recebidos sobre o total dos rendimentos e de juros pagos sobre o total das despesas. Roman e Sargu (2013) medem esta variável relacionando os custos totais com os ativos e esses custos totais com os recursos de clientes. Chandani *et al* (2014) por sua vez, relacionam o total das responsabilidades com os depósitos de clientes e medem também a qualidade da gestão por um rácio de rendimento por empregado. Hays *et al* (2009) e Rozzani e Rahman (2013) utilizam também um indicador que relaciona os gastos com pessoal com os ativos. Sori (2012) mede a qualidade da gestão apurando os resultados por empregado e o total das responsabilidades com os depósitos de clientes tal como Chandari.

Como se pode observar as abordagens a esta variável são muito diferentes, o que coloca esta avaliação (que é crítica na avaliação da performance das instituições) num quadro pouco uniforme e, por isso, mais subjetiva.

2.2.4. Rendibilidade

Para Saunders (2000) e Saunders e Cornett (2006), os resultados estão geralmente associados com a performance. Será portanto fácil depreender que quando estudamos a capacidade das instituições financeiras gerarem resultados, estamos a identificar medidas reais da performance.

Existe alguma unanimidade na abordagem desta variável nos autores estudados. Quase unanimemente os indicadores utilizados são o ROA (*Return on Assets*) e o ROE (*Return on Equity*). É o que fazem Dincer *et al* (2011), Roman e Sargu (2013), Hay *et al* (2009), Rozzani e Rahman (2013) e Venkatesh e Suresh (2014). Para além destes dois indicadores, há autores como Dash e Das (2009), Soni (2012) e Chandani *et al* (2014) que também captam informação sobre a margem financeira. O rácio que relaciona os gastos de transformação com o produto bancário (designado vulgarmente por “*cost to income*”) é também utilizado como uma medida de rendibilidade por Roman e Sargu (2013) e por Chandani *et al* (2014).

2.2.5. Liquidez

De acordo com Cardoso (2005), o risco de liquidez resulta da incapacidade de os bancos poderem dispor, em qualquer momento, dos fundos necessários para satisfazer todos os compromissos a um custo aceitável e compensador.

O grau de liquidez de um banco permite:

- (i) demonstrar que o mesmo é seguro;
- (ii) reduzir a dimensão do prémio de risco na obtenção de fundos no mercado;
- (iii) evitar o recurso a vendas desfavoráveis de ativos;
- (iv) evitar o recurso sistémico ao mercado monetário.

Não obstante, ser evidente que quanto mais líquidos forem os ativos, menor será a rendibilidade dos mesmos, os bancos procuram deter o mínimo possível deste tipo de ativos, ou seja, apenas o necessário para satisfazer as suas necessidades operacionais.

Para Fernandes (2015), o dilema dos bancos consiste em saber qual o montante ideal de recursos disponíveis para honrar os compromissos perante terceiros e que posições assumir no mercado.

Nesse sentido a generalidades dos estudos e dos autores apontam para indicadores que, de forma direta ou indireta, estão relacionados com os meios líquidos disponíveis pelos bancos para satisfazer os seus compromissos. Na generalidade recorrem a rácios de estrutura onde se relacionam as disponibilidades líquidas com o total do ativo e com as responsabilidades de prazos curtos. É este o caso das abordagens de Dincer *et al* (2011), Roman e Sargu (2013), Rodina-Oana (2014), Soni (2012) e Hay *et al* (2009).

Outros autores escolhem estabelecer outras relações com um impacto menos direto com a liquidez. É o caso Chandani *et al* (2014) que utiliza um rácio que relaciona os investimentos financeiros com os ativos e o total dos ativos com os recursos de clientes, de Rodina-Oana (2014) que relaciona a liquidez efetiva com a liquidez requerida e Soni (2012) que constrói um rácio relacionando os ativos líquidos com os recursos de clientes e outro relacionando os investimentos financeiros com os ativos.

2.2.6. Sensibilidade e risco

Esta é a variável mais difícil de captar recorrendo às demonstrações financeiras dos bancos, visto que sem outro tipo de informação (muitas vezes de natureza macroeconómica), é difícil medir esta sensibilidade.

É por isso grande a diversidade de indicadores utilizados para medir esta variável do CAMELS. Do tratamento efetuado aos estudos e autores que têm utilizado este modelo, encontramos medidas como as dívidas de cobrança duvidosa em relação aos créditos concedidos em Rostami (2015), a relação entre a taxa de juro implícita nos ativos e a taxa de juro implícita nos recursos em Hays (2009), o coeficiente beta para Dash e Das (2009) ou o denominado “risk sharia⁵” utilizado por Rozzani e Rahman (2013). Outros autores utilizaram noutros estudos, relações entre os valores dos ativos e dos passivos das entidades estudadas em relação às mesmas rubricas do setor visto na sua globalidade, como são o caso de Roman e Sargu (2013) e de Dincer *et al* (2011).

⁵ De acordo com os autores, o “*Risk Sharia*” é um desenvolvimento do CAPM que consiste em substituir o fator relativo ao ativo sem de risco (*risk free*) pela inflação, mantendo toda a restante abordagem idêntica.

2.3. Medidas propostas para captar a informação necessária ao modelo CAMELS no caso dos bancos portugueses

Com base nos desenvolvimentos apresentados e na informação recolhida a partir das demonstrações financeiras dos bancos e noutras fontes nacionais, foi possível seleccionar quais os fatores que, em nossa opinião, podem contribuir para medir a performance dos bancos portugueses.

No ponto seguinte fazemos uma abordagem aos indicadores escolhidos.

2.3.1. Adequação de capital

A opção pelo rácio de adequação de capital recolhe a grande maioria das opiniões analisadas.

Para decidir a forma como deve ser aplicado no trabalho presente, pareceu-nos importante recolher informação sobre a forma com ele tem sido tratado pela banca nos países da União Europeia. Assim para compreender melhor o alcance desse rácio (a que damos uma importância fundamental para a interpretação da performance da banca), optámos por fazer um levantamento sobre a evolução que a adequação de capital tem tido ao longo do tempo, desde que foi criada em 1988.

A adequação de Capital nos Acordos de Basileia

Ao publicar em Julho de 1988 na cidade Suíça de Basileia, um documento denominado “*International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards*”, (BIS, 1988), o *Bank of International Settlement* (BIS), entidade formada pelos reguladores dos principais países industrializados, tinha acabado de criar o chamado “Acordo de Basileia I”. Este acordo surgiu após terem ocorrido várias crises no setor bancário que, pela sua importância nas economias, se revelaram muito severos.

Esse acordo introduzia um conjunto de regras para assegurar a existência nos bancos de um nível mínimo de capital igual para todos, correspondente a 8% dos ativos ponderados pelo risco de crédito.

O principal objetivo a ter em vista com a criação deste acordo, foi o de garantir a estabilidade no setor financeiro e assim assegurar condições uniformes de competitividade internacional.

De acordo com o BIS (1996), os requisitos mínimos de capital correspondiam ao capital necessário para que a instituição financeira fosse vista pelos seus credores e

contrapartes como viável numa perspetiva de continuidade e de funcionamento saudável, minimizando a possibilidade de falência no sistema bancário.

Fundamental para compreender este conceito, é que a noção de capital na banca, ultrapassa o conceito de capital próprio comum às empresas não financeiras. O acordo definia capital dividindo-o em duas partes:

(i) Capital Principal (*Core capital* ou *Tier I*) constituído pelo capital social, reservas, lucros acumulados, resultados líquidos do exercício, deduzidos os valores das ações próprias, o capital ainda não consolidado, os prejuízos acumulados, as despesas pré-operacionais (de constituição e arranque) e as imobilizações incorpóreas; e

(ii) Capital Suplementar (*Supplementary capital* ou *Tier II*) constituído pelas reservas de reavaliação, provisão gerais e provisões para o risco de crédito e instrumentos de capital de natureza híbrida (compostos pelas ações preferenciais perpétuas e a dívida subordinada).

No que diz respeito ao risco de crédito (denominador do rácio), este acordo definia ponderadores para os ativos dos bancos baseados no risco do não cumprimento das obrigações por parte das contrapartes no crédito.

Para tal definiu coeficientes, relacionados com o risco potencial. Os ativos ponderados pelo risco de crédito surgiam assim a partir da aplicação aos montantes do crédito dos seguintes ponderadores:

(i) Ponderador de 0% para meios imediatamente líquidos e garantias reais subjacentes e para os que neles podem ser transformados (caixa e outros meios equivalentes e ativos sobre administrações centrais e bancos centrais);

(ii) Ponderador de 20% para elementos do ativo de entidades do setor público ou do setor de crédito da OCDE;

(iii) Ponderador de 50% para os empréstimos atribuídos por hipotecas sobre imóveis destinados a habitação do mutuário e contratos de locação financeira imobiliária;

(iv) Ponderador de 100% para os créditos concedidos ao setor privado, créditos e direitos sobre governos centrais dos países que não pertencem à OCDE, propriedades e outros investimentos, créditos concedidos a empresas comerciais pertencentes ao sector público, instalações, equipamentos e outros ativos fixos, e instrumentos de capitais emitidos por outros bancos.

Com estas duas grandes classes (capital e ativos ponderados pelo risco de crédito), o acordo estabelecia que essa relação nunca poderia ser inferior a 8%. Estabeleceu então o

denominado “Rácio de Solvabilidade” ou “Rácio de Cooke”, rácio calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$Racio\ Cooke = \frac{Tier\ I + Tier\ II}{Ativos\ ponderados\ pelo\ Risco\ Crédito} \geq 8\% \quad (1)$$

O rácio de Cooke ao ser 8%, significava que para se conceder um crédito, a instituição financeira teria pelo menos 8% desse montante como capital principal (Tier I) mais capital suplementar (Tier II). No entanto, o seu capital principal (Tier I) deveria ser, no mínimo, 4% dos ativos ponderados pelo risco de crédito, implicando que o valor do capital suplementar poderia ser, no máximo, igual ao seu capital principal. Este rácio tinha também como objetivo limitar a criação de moeda de crédito por parte dos bancos.

Alteração ao Acordo de Basileia I

Para Sounders (2000), o risco de mercado pode ser definido como a probabilidade de ocorrerem acontecimentos com impacto negativos nos ativos, no capital e nos resultados dos bancos, originados por situações desfavoráveis nos preços dos instrumentos que compõem a carteira de cada instituição.

Inicialmente este risco não estava contemplado no “Acordo de Basileia I”. Somente depois da falência do Banco *Barings*, em 1995, devido a problemas ligados a riscos de mercado, é que surgiu a necessidade de alocar capital para cobrir este risco. Essa emenda foi publicada pelo BIS em 1996.

Nesta emenda do BIS (1996), são estabelecidas duas possíveis abordagens para o cálculo dos requisitos de fundos próprios:

- (i) Abordagem *standard* que consistia na aplicação de ponderadores de risco às exposições em aberto da carteira de negociação. Apuram requisitos para: (1) risco de posição (decomposto em risco específico que é o risco de variação do preço dos instrumentos provenientes de fatores associados aos seus emitentes e risco geral que é o risco de variação de preço dos instrumentos provenientes das variações das taxas de juro), (2) risco de contraparte, (3) risco de liquidação, (4) mercadorias e (5) riscos cambiais.

- (ii) Método avançado que adota pela primeira vez, por modelos internos com recurso, nomeadamente, ao *value at risk*⁶.

O “Rácio de *Cooke*” a partir desta revisão passou a calcular-se da seguinte forma:

$$\text{Rácio Cooke} = \frac{\text{Tier I} + \text{Tier II}}{\text{Ativos ponderados pelos Riscos} + \text{Crédito} + \text{de Mercado}} \geq 8\% \quad (2)$$

Limitações do Acordo de Basileia I

O Acordo de Basileia I obrigava a que os bancos tivessem capital suficiente para fazer face aos riscos em que incorriam como resultado do negócio que desenvolviam e respondesse pelas perdas não esperadas. Consideravam (e por nós bem), que a manutenção do sistema financeiro sustentado, dependia em grande parte do nível de capitalização dos bancos.

De acordo com Mendes (2013), desde que foi implementado, foram-lhe identificados várias debilidades:

- (i) Inicialmente apenas tomava em consideração o risco de crédito e, a partir de 1995, o risco de mercado, na ponderação do valor dos ativos para o requisito mínimo de capital, quando existiam outros riscos bastante importantes a ter em conta, tais como o risco operacional, cambial e de liquidez;
- (ii) Dava a mesma ponderação a ativos com estruturas temporais diferentes. Por exemplo, a ponderação para empréstimos de curto e de médio prazo eram iguais;
- (iii) As técnicas de mitigação de risco não eram tidas em conta;

⁶ O *value at risk* é o valor em risco, historicamente observado para um determinado período de tempo com nível de significância de 90%, 95% ou 99%, ou seja, é possível quantificar em unidades monetárias o risco de mercado de uma certa posição e comparar diferentes posições nos mercados financeiros. Considera o efeito de diversificação e possibilita a estimativa da perda máxima para uma carteira de investimentos. É bastante superior nas transações efetuadas a curto prazo e menor nos investimentos de longo prazo.

- (iv) A classificação das operações não era feita através do nível de risco da contraparte, beneficiando o financiamento a alguns tipo de agentes;
- (v) Não considerava as inovações nos mercados financeiros, nem os fatores de correlação entre instrumentos;

Estes motivos aliados à forte contestação que os grandes bancos moveram ao Acordo de Basileia I, obrigaram o BIS a rever o primeiro acordo e avançar para uma nova abordagem, mais de acordo com uma visão diferenciadora das instituições, correspondendo assim às expectativas dos grandes bancos internacionais.

Transição de Basileia I para Basileia II

A transição de Basileia I para Basileia II foi motivada, de acordo com Mendes (2013), pelos seguintes fatores:

- (i) A inovação financeira ocorrida desde 1988 que não tinha sido introduzida no acordo;
- (ii) Avanços consideráveis nas técnicas de medição e gestão dos riscos bancários e financeiros;
- (iii) Crescente sofisticação ao nível da supervisão bancária;
- (iv) Novos instrumentos financeiros de valorização mais complexa;
- (v) Crises verificadas nos mercados emergentes;
- (vi) *Benchmarking* da solvabilidade dos bancos

O Acordo de Basileia II

Com as limitações do primeiro acordo de Basileia, o aumento da volatilidade dos mercados, o colapso de grandes empresas que tiveram impacto nas instituições financeiras e as crises monetárias na Ásia e na Rússia, entre outros fatores, levaram que o BSBC (*Basel Committee on Banking Supervision*) publicasse em Junho de 2004 o “Acordo de Basileia II”, que entretanto foi implementado em duas fases: a primeira, para os métodos menos avançados até 31 de Dezembro de 2006 e uma segunda para os modelos avançados em 2007...

Este novo acordo tinha em vista ajustar os requisitos de capital dos bancos aos riscos a que estão expostos, com o fim de preservar a solidez e a solvabilidade do sistema financeiro. Pretendia igualmente responder à inovação dos mercados e à expansão dos requisitos de divulgação com o intuito de promover a disciplina do mercado.

Este Acordo foi estruturado tendo por base, três pilares:

- (i) Pilar 1- referente aos requisitos mínimos de capital;
- (ii) Pilar 2- referente ao reforço do processo de supervisão quanto à suficiência do montante de capitais nos bancos;
- (iii) Pilar 3- referente à disciplina do mercado com vista a promover a transparência e disponibilização de informação financeira.

No Pilar I, o acordo estabelecia, em termos gerais, que o “Rácio de McDonough” (nova designação dada ao “Rácio de Cooke” em homenagem ao presidente do BIS), passaria a ser calculado da seguinte forma:

$$\text{Rácio de McDonough} = \frac{\text{Capital Tier I} + \text{Capital Tier II} + \text{Capital Tier III}}{\text{Ativos ponderados pelos riscos de Crédito} + \text{Operacional} + \text{de Mercado}} \geq 8\% \quad (3)$$

Com uma abordagem bem mais complexa, o Acordo de Basileia II (BIS,2004) introduziu alterações profundas ao nível do denominador no apuramento do risco de crédito, com a introdução do risco operacional e com a manutenção da abordagem da adenda de Baseleia I para o risco de mercado.

Risco de Crédito

Para Ho e Saunders (2001), o risco de crédito é geralmente considerado como o mais importante dos riscos subjacente à atividade bancária e consiste na probabilidade de ocorrência de perdas devido ao incumprimento dos pagamentos, na data contratada, por parte dos devedores das instituições financeiras.

Para o quantificar de acordo com esta nova abordagem, as instituições de crédito podiam optar por uma de três metodologias:

- (i) a metodologia *Standard* ou padrão,
- (ii) a metodologia *IRB Foundation* (ou método interno simples), ou
- (iii) pela metodologia *IRB Advanced* (ou métodos internos avançados).

Na metodologia *Standard* os ponderadores de risco variam consoante o *rating* dado pelas agências de notações certificadas pelas autoridades de supervisão. Estas notações variam com o grau de cumprimento do devedor e pela sua natureza, ou seja, se é uma organização internacional, instituição diversa, soberanos, empresas ou bens imóveis.

Na metodologia dos *ratings* internos (IRB), como o nome indica, o banco utiliza estimativas internas das componentes do risco de crédito para definir o capital a afetar a

esse risco. Esta abordagem tem, no entanto, que ser aprovada pela entidade supervisora, sendo necessário cumprir um conjunto de requisitos. Os parâmetros utilizados para o cálculo de risco, de acordo com este método, são:

- (i) *Probability of Default* ou probabilidade de incumprimento (PD) é a estimativa da probabilidade do devedor entrar em mora no espaço de um ano. É definido em função do seu *rating*, como referido anteriormente;
- (ii) *Exposure at Default* ou exposição no incumprimento (EAD) é a exposição do devedor a uma operação de crédito;
- (iii) *Loss Given Default* ou perda em caso de incumprimento (LGD) é a perda máxima estimada do valor irrecuperável de um contrato quando entrar em mora;
- (iv) *Expected Loss* ou perda esperada (EL) é a percentagem da perda estimada de um dado contrato e é calculada pelo produto da PD com a LGD. Caso se multiplique este valor pelo EAD obtemos a perda esperada em valor absoluto, ou seja, o valor de imparidades a efetuar ao crédito;
- (v) *Maturity ou Maturidade* (M) é o tempo de vencimento do contrato. É ajustável, visto poder haver antecipações nas liquidações dos créditos.

Na abordagem IRB, para determinar os requisitos mínimos de fundos próprios, será necessário determinar o valor da exposição, que se obtém da seguinte forma:

$$\text{Valor Ponderado da Exposição} = PD \times LGD \times EAD \times M \quad (4)$$

As exposições na *IRB Foundation* e na *IRB Advanced* apenas diferem na aplicação dos parâmetros. Enquanto no método *IRB Foundation* a instituição apenas pode, pelos modelos internos, determinar o parâmetro relativo à probabilidade de incumprimento (PD), com os restantes parâmetros fornecidos pela entidade reguladora, no *IRB Advanced* a instituição pode obter todos os parâmetros a partir dos modelos internos previamente aprovados por essa entidade.

Em consequência desta prática, os requisitos de capital para acorrer ao risco de crédito passaram a ser tanto menores quanto maior for o grau de exigência das abordagens. No entanto os seus custos, são tão mais elevados quanto o grau de exigência e de sofisticação...

Em suma, os grandes bancos pelo menos em teoria, deveriam com estas abordagens passar a afetar menos capital que em Basileia I para cobrir o risco de crédito, ganhando por isso vantagens em relação aos pequenos bancos...

Risco de Mercado

Como atrás definido, o risco de mercado decorre essencialmente da variação de preço dos instrumentos financeiros incluídos na carteira de negociação, bem como da taxa de câmbio, encontrando-se igualmente sujeito a requisitos mínimos de fundos próprios;

No Acordo de Basileia II o apuramento do risco está diretamente em linha com o que já se fazia no Acordo de Basileia I reformulado. A novidade no Acordo de Basileia II foi que esse valor em risco passou a ser coberto por uma nova categoria de capital: os fundos próprios suplementares, designados por Tier III.

O Tier III ficou sujeito a aprovação das autoridades reguladoras nacionais e a sua composição incluiria:

- (i) os lucros líquidos da carteira de negociação,
- (ii) empréstimos subordinados a curto prazo;
- (iii) outros elementos equivalentes a empréstimos subordinados a curto prazo.

Risco Operacional

A inclusão deste risco no quadro de referência do Acordo de Basileia II, foi outra das novidades criadas pelo BIS. O risco operacional foi definido como sendo o risco das perdas resultantes de processos inadequados ou de falhas humanas, legais, informáticas, de procedimentos internos ou ligados a causas externas. BIS (2004)

Por exemplo, destruição ou danos consideráveis nos edifícios ou nos sistemas bancários devido a catástrofes, atentados, roubos, furtos, etc.

Para o cálculo deste risco foram criados três níveis de ponderações associadas a outras tantas abordagens: 1) abordagem do indicador básico, 2) abordagem *standard* e 3) abordagem avançada.

Na abordagem do indicador básico, o Comité de Basileia definiu os requisitos de capital em função da aplicação de um valor fixo de 15% sobre a média das receitas brutas de exploração dos últimos três anos.

É o método mais simples pois só considera um único indicador e não tem presentes critérios de elegibilidade específicos, ficando os bancos responsáveis apenas por cumprirem essas recomendações.

No método *standard*, os requisitos de capital são calculados multiplicando um indicador de risco operacional por cada segmento da atividade, que varia entre 12% a 18%. A percentagem do capital necessário para cobrir o risco operacional seria então calculada através da soma dos indicadores de cada segmento.

A aplicação de taxas maiores ou menores aos vários segmentos partia do pressuposto que as áreas do banco com mais risco operacional seriam as que aplicavam uma percentagem maior. De acordo com o Comité, as áreas com maior risco seriam as das “finanças corporativas”, “negociação e vendas” e “pagamentos e liquidação”. A estas aplicava-se 18%. As de menor risco seriam as de “gestão de ativos”, “banca de retalho” e “corretagem”, onde a percentagem a aplicar seria 12% e as áreas de negócio de risco normal (onde se aplicaria a mesma percentagem que se aplicava no método anterior, ou seja 15%) seriam a “banca comercial” e “serviços de agência”.

No método avançado existem duas abordagens: O método *standard* avançado e o método de medição avançada.

Na abordagem *standard* existe um tratamento diferente para a “banca comercial” e para a “banca de retalho”. Nestes segmentos é utilizado um indicador de volume (montante de empréstimos e adiantamentos) que é multiplicado por um fator fixo de 3,5% e não o indicador utilizado nas outras abordagens. O resultado obtido com este procedimento é depois multiplicado pelos parâmetros dos dois segmentos de atividade, sendo que o parâmetro da banca de retalho é de 12% e da banca comercial é de 15%. Os bancos que verificavam não ter capacidade para distribuir o indicador relevante pelos restantes segmentos de atividade, podiam utilizar o montante agregado com a utilização de um parâmetro de 18%, mostando bem a vantagem de fazer a sua separação...

Na medição avançada o cálculo seria feito através do sistema de medição interno dos riscos operacionais desde que estes fossem abrangentes, sistemáticos e tivessem sido previamente aprovados pela entidade reguladora.

Depois da escolha de uma abordagem mais avançada não seria possível voltar para uma abordagem mais simples.

À semelhança do que acontecia com o risco de crédito, o investimento em sofisticação era acompanhado por redução de capital. Mais uma vez as grandes instituições tinham vantagens sobre as mais pequenas.

Acordo de Basileia III

Segundo o Comité de Basileia de Supervisão Bancária, os Acordos de Basileia III ou unicamente Basileia III referem-se a um conjunto de propostas de reforma da regulamentação bancária, publicadas em 2010 e posteriormente revistas em 2011. Basileia III faz parte de um conjunto de iniciativas, promovidas pelo Fórum

Estabilidade Financeira⁷ e pelo G20⁸, para reforçar o sistema financeiro após a crise dos subprimes. Tratou-se da primeira revisão de Basileia II.

A reforma foi motivada pela forma como a crise afetou o crescimento excessivo dos balanços dos bancos, sem que o nível e a qualidade dos recursos próprios destinados a cobrir os riscos, melhorasse. Nada que não se esperasse e não tivesse implícito na própria existência de Basileia II!

É claro que os mecanismos próprios de Basileia II não previam nos seus pressupostos que as instituições não tivessem fundos suficientes para fazer face a uma crise de liquidez. A liquidez não tinha sido introduzida em Basileia II. O Pilar I apenas se tinha preocupado com a solvabilidade...

Constatou-se que o sistema bancário, tal como estava organizado, não tinha capacidade para responder às exigências, muitas vezes encobertos em interpretações “pouco claras” das regras sobre as quais se emitiam e geriam os produtos estruturados, resultantes das operações de securitização efetuadas, que geraram perdas colossais.

E como a supervisão prudencial por parte dos reguladores não estava definida para que fosse feita por “controlo prévio” (como era feito em Portugal antes da entrada em vigor dos Normas Internacionais de Relato Financeiro em 2005), mas sim por verificação “*à posteriori*”, as práticas abusivas só puderam ser detetadas depois de terem atuado de forma devastadora sobre os balanços dos bancos e sobre os mercados financeiros...

Dessa forma, a qualidade dos balanços, a falta de capital (que era substituído por títulos de dívida desde que se cumprissem determinadas condições) e a preocupação relacionada com o efeito dominó que a falência de um Banco pudesse gerar no sistema, implicaram uma crise que colocou em causa a liquidez por via da falta de confiança generalizada.

Assim em termos sintéticos, o novo acordo deve ser analisado identificando:

- (i) as alterações nas medidas que já existiam;
- (ii) as novas medidas introduzidas

⁷ O Fórum de Estabilidade Financeira foi criado em abril de 1999 com o objetivo de promover a estabilidade financeira internacional por meio da troca de informações e da cooperação internacional na supervisão financeira.

⁸ G20 (Grupo dos 20) é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais dos seguintes países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos da América, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, República da Coreia, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia. Foi criado em 1999.

Alterações às medidas já existentes em Basileia I e Basileia II

De forma sintética podemos referir que são duas as grandes alterações existentes em Basileia III relacionadas com medidas já em existentes em Basileia II:

- (i) alterações a nível do numerador do rácio de Mc Donough;
- (ii) alterações a nível do denominador, nomeadamente a nível do risco de crédito

A nível do numerador assistiu-se a uma nova formulação dos fundos próprios necessários para cobertura dos riscos dos ativos ponderados pelos riscos.

Essa nova formulação passou pela definição do conceito de “core Tier I”. De acordo com a definição proposta pelo Banco de Portugal (2011), os fundos próprios designados por *core*, compreendem o capital de melhor qualidade da instituição, em termos de permanência e capacidade de absorção de prejuízos, deduzido de eventuais prejuízos e de certos elementos sem valor de realização autónomo numa perspetiva de continuidade. Este conceito está em linha com a formulação dada pelo Acordo de Basileia III quando definiu o conceito de “*Common Equity Tier I*” (exceto nos casos em que exista uma eventual capitalização dos bancos com recurso a investimento público, concretizada através da aquisição de ações pelo Estado com direitos especiais de remuneração).

De qualquer forma, a regulamentação considera que o capital a considerar no rácio deve corresponder ao somatório das ações ordinárias, reservas e resultados retidos.

Nesta linha o Banco de Portugal definiu que o rácio deveria ser corresponder ao seguinte quociente:

$$\text{Racio de McDonough(II)} = \frac{\text{Core Tier I}}{\text{Ativos ponderados pelos riscos de Crédito, Operacional e de Mercado}} \geq 8\% \quad (5)$$

Houve igualmente alterações no indicador Tier I. Este passou a ser constituído pelo capital principal (ou *commom equity Tier I*) que é a soma do capital social do banco (excluídos o mecanismos de dividendos e lucros retidos) e pelo capital adicional (*additional Tier I*) que incluem outros instrumentos híbridos de capital e dívida (que anteriormente faziam parte do Tier II). Por sua vez, o Tier II passa a ser constituído por

dívidas subordinadas desde que estas sejam no máximo 50% do valor do capital do Tier I.

No que diz respeito às alterações ao nível do denominador, foram incluídas ponderações mais elevadas para a exposição do risco de contraparte, adicionaram-se medidas que aumentaram as exigências de capital para operações de *trading book* e securitização, identificando os instrumentos fora do balanço que lhe serviam de garantia. Estas medidas são alteradas com o objetivo de incluir novos pesos nas abordagens aos ativos ponderados pelo risco de crédito.

Com estas duas ordens de medidas, pretendeu-se melhorar o capital para que fosse possível que as provisões exigidas, aumentassem a capacidade de absorção de perdas.

Novas medidas introduzidas pelo Acordo de Basileia III

Para além destas medidas, foram tomadas outras medidas adicionais que não se encontravam previstas em nenhum dos acordos anteriores.

As novas medidas introduzidas no Acordo de Basileia III passaram por três grupos de ações:

- (i) criação de *buffers*: o Acordo de Basileia III cria dois *buffers*:
 - a. “*Capital Conservation Buffer*” (CCB) que funciona como um requisito de capital adicional para que os bancos não precisem da ajuda dos Estados em períodos difíceis. Deverá ser de 2,5%, o que fará com que o capital total mínimo passe de 8% para 10,5% dos ativos ponderados pelos riscos. Para ajustar as políticas internas às exigências necessárias à constituição deste *buffer*, o comité estabeleceu limites para a utilização desse capital apenas em circunstâncias exigentes, condicionando a distribuição de lucros (essa distribuição passa a variar de acordo com percentagens do capital principal observado). Neste caso quando menor for o *common equity*, maiores serão as limitações para distribuição de lucros e pagamentos de prémios;
 - b. “*Counter-Cyclical Capital Buffer*” (CCCB). Este *buffer* deve ser criado de acordo com a relação entre o volume de crédito concedido e o produto

interno bruto de cada país. O Acordo estabelece a criação deste *buffer* anti cíclico para amortecer a volatilidade excessiva dos bancos, promovendo um provisionamento antecipado para conservar capital quando o banco está em crescimento e poder ser usado se for necessário em períodos de *stress*. Este *buffer*, de acordo com o Comité, deverá ser constituído maioritariamente por *common equity*, que poderá constituir uma percentagem adicional que pode variar entre o 0% e 2,5% do risco ponderado em termos do capital principal. Acaba por ser um capital adicional ao capital de conservação e, com isto, o capital regulamentar estaria entre os 10,5% e os 13% do ativo ponderado pelos riscos, a partir de 2019.

(ii) observância de níveis de alavancagem. Este índice é calculado a partir do capital principal e tem de ser 3% deste. O seu principal objetivo é controlar a alavancagem na banca, prevenindo a destabilização do sistema financeiro. Esta medida reforça a tendência de elevar o comprometimento de capital próprio presente neste acordo.

(iii) observância de indicadores de liquidez. De acordo com o Comité de Basileia (2010b), o controlo da liquidez passou a ser outro instrumento de suporte à solvabilidade. Para colocar em prática esse controlo, foram criados dois rácios e várias ferramentas de monitorização para ajudar os supervisores na análise da tendência do risco de liquidez de cada banco e do sistema financeiro. Esses rácios forma o “*Liquidity Coverage Ratio*” (LCR) e o “*Net Stable Funding Ratio*”(NSFR).

O LCR procura garantir que os bancos mantenham em carteira ativos com grande capacidade de se transformar rapidamente em liquidez. É calculado a partir do quociente entre “caixa e disponibilidades”, “dívida soberana sem risco e “títulos de dívida” com desconto mas com risco de crédito e de mercado baixos no numerador e no denominador é calculada a diferença entre os fluxos de caixa esperados de saída e de entrada de fundos, num cenário de *stress*, para os próximos 30 dias. O rácio tem que ser maior que 1.

O NSFR é um rácio de liquidez de longo prazo. É obtido a partir do quociente entre o montante de financiamento disponível e estável em relação ao montante de financiamento necessário, para um prazo até 1 ano. Também tem que ser

igual ou superior a 1. Foi criado para que os bancos resistam a situações adversas por prazos mais longos. Pretende-se garantir com ele que os ativos com longa maturidade, tenham fontes estáveis de funding que garanta a liquidez dos bancos.

Não é objetivo deste trabalho medir se os bancos cuja performance pretendemos avaliar, cumpriram ou não os rácios a que estavam sujeitos em cada momento. Estamos convictos que sim mesmo tendo em conta que a adequação de capital não era calculada sobre as contas individuais mas sim sobre as contas consolidadas.

Por isso o rácio que nos propomos analisar e aplicar a todo o período em análise relaciona os capitais próprios (na visão última introduzida por Basileia III) com o total dos ativos (visto que os bancos não publicam nos seus relatórios dados que permitam ajustar os ativos ao risco implícito). Este fenómeno é, no entanto mitigado porque ativos e passivos ao estarem ao justo valor, já terão refletidas imparidades e menos valias decorrentes da aplicação dos métodos para determinar o seu justo valor e, por isso, afetas na sua taxa efetiva definida em função dos riscos detetados. Seguimos assim a abordagem de Dincer *et al* (2012) e de Soni (2011).

2.3.2. Qualidade do Ativo

A qualidade do ativo é uma das variáveis mais importantes de qualquer modelo que pretenda medir a performance, visto que são os ativos que geram os rendimentos.

Dessa forma consideramos que a qualidade dos ativos pode de facto ser conhecida seguindo as abordagens de Dincer *et al* (2012) e Soni (2011), ou seja, analisando a estrutura das aplicações de fundos.

Sem dúvida que será igualmente muito importante relacionar esses ativos com as imparidades (financeiras e de crédito), como é proposto, por exemplo, por Roman e Sergu (2013), por Chandani *et al* (2014) e por Rodica-Oana (2014).

Além disso, a qualidade dos ativos também pode ser medida através do apuramento da margem financeira e em função dos ativos e da rendibilidade dos investimentos financeiros em relação aos ativos financeiros.

2.3.3. Qualidade da Gestão

Como analisado anteriormente, a literatura sobre esta variável é muito difusa. Face à multiplicidade de indicadores utilizados, optámos por considerar na análise desta variável os seguintes: gastos totais em relação aos ativos e gastos totais em relação recurso de clientes como proposto por Roman e Sargu (2013), rendimentos por empregado como proposto por Sori (2012) e gastos com pessoal em relação ao ativo total como proposto por Rozzani e Rahman (2013).

2.3.4. Rendibilidade

Quando se pretende medir a rendibilidade dos bancos procura-se normalmente o indicador relativo à rendibilidade dos capitais próprios.

De acordo com Gregório (2005) é normal que este valor seja relacionado com a rendibilidade exigida pelos acionistas e daí ser possível retirar conclusões sobre a criação ou destruição de valor gerado pela atividade.

Este tipo de indicadores são particularmente importantes uma vez que se consubstanciam em instrumentos de medidas de desempenho económico que são utilizados como indicadores de eficiência de gestão e/ou medida da capacidade da empresa em gerar resultados para o acionista.

De acordo com Cardoso (2005), a rendibilidade dos capitais próprios pode ser obtida com o recurso ao modelo de análise de Dupont adaptado à atividade bancária.

Assim propõe que o ROE seja calculado da seguinte forma:

$$ROE = \frac{\textit{Resultado Líquido}}{\textit{Ativo Total}} \times \frac{\textit{Ativo Total}}{\textit{Capitais Próprios}} \quad (6)$$

De acordo com este modelo a rendibilidade dos capitais próprios será obtida a partir do indicador da rendibilidade do ativo (ROA) e de um indicador de alavancagem (expresso por um multiplicador da autonomia financeira).

De acordo com Chandari et al (2014) podemos concluir para complementar esta abordagem relativa aos capitais próprios (ótica dos acionistas), uma abordagem que contemple a margem financeira e o resultados das outras atividades com ativos financeiros para permitir avaliar as rubricas que mais contribuem para a performance

das instituições nas suas funções de intermediação financeira (a margem financeira) e na sua função de prestadoras de serviços e de aplicações de capitais.

Ainda de acordo com Chandani et al (2014) e com Roman e Sargu (2013), uma das questões mais importantes na abordagem à demonstração de resultados dos bancos é a de compreender em que medida o seu produto bancário cobre os gastos de funcionamento da instituição. Para medir essa relação utiliza-se igualmente um indicador denominado “*Cost to Income Ratio*” que traduz o quociente entre os gastos de estrutura (equivalentes à soma das depreciações e amortizações, gastos com pessoal e gastos administrativos) e o produto bancário.

$$\text{Cost to Income Ratio} = \frac{\text{Gastos de estrutura}}{\text{Produto bancário}} \quad (7)$$

2.3.5. Liquidez

Na atividade bancária existem vários tipos de risco de liquidez, para os quais a gestão deve atender.

De acordo com Cardoso (2004), são quatro os tipos de risco de liquidez:

- (i) Risco de *funding* – correspondente à necessidade de reposição de fundos sempre que tenha havido levantamentos. Segundo Fernandes (2015), é por este motivo que os bancos manifestam, por vezes, incapacidade para cumprir as suas obrigações de pagamentos nos prazos contratualmente acordados;
- (ii) Risco temporal – sempre que uma contraparte não cumpre o pagamento das suas obrigações na altura devida;
- (iii) Risco de *call* – corresponde à necessidade de ter fundos em momentos que haviam sido previamente acordados ou à capacidade de se dispor, em determinado momento, de um montante predefinido;
- (iv) Risco de instrumento - quando o banco não consegue realizar a venda de um instrumento por não haver procura ou não existir mercado, para o mesmo.

Um dos indicadores que deve ser objeto de análise quando se estuda a liquidez de uma instituição financeira, é a posição de liquidez. A posição de liquidez de um banco é medida pela diferença entre os ativos líquidos disponíveis nos próximos 30 dias e as responsabilidades exigíveis no mesmo período.

No entanto os rácios mais utilizados para estudar a liquidez de acordo com Cardoso (2004), são os que se apresentam em seguida:

$$\frac{\textit{Crédito a Clientes}}{\textit{Recursos de Clientes}} \quad (8)$$

O rácio da equação (8) mede de que forma os recursos de clientes são utilizados para satisfazer o crédito concedido. É uma medida tradicional da liquidez bancária apesar de não considerar os prazos residuais até ao vencimento dos créditos concedidos e dos depósitos captados. Quanto maior for o seu valor, menor será a liquidez detida pelo banco.

Para ultrapassar esta lacuna, é normalmente utilizado o chamado “Rácio de Posição de Liquidez” que deve considerar, para cada período (“à vista”, “até 1 mês”, de “1 a 3 meses”, de “3 a 6 meses” e de “6 a 12 meses”), a diferença (*gap* de liquidez) entre os ativos e os passivos que se vencem no período em causa

Outros indicadores utilizados para medir a liquidez, são:

$$\frac{\textit{Ativos de Elevada Liquidez}}{\textit{Ativo Total}} \quad (9)$$

$$\frac{\textit{Recursos de clientes}}{\textit{Ativo Total}} \quad (10)$$

$$\frac{\textit{Ativos de Elevada Liquidez}}{\textit{Passivos de Elevada liquidez}} \quad (11)$$

Estes três rácios são normalmente calculados conjuntamente com o rácio de Crédito/Recursos e são considerados como rácios de estrutura. O rácio da equação (9) mede a percentagem de ativos de elevada liquidez no total do ativo. Normalmente são considerados ativos de elevada liquidez nos balanços dos bancos: “Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais”, “Disponibilidades em Instituições de Crédito”.

O rácio da equação (10) mede o grau de financiamento dos ativos através de depósitos. O rácio da equação (11) mede a capacidade de um banco satisfazer responsabilidades imediatas com ativos de elevada disponibilidade. Este indicador esteve na base do que o Comité de Basileia considerou como um dos indicadores a implementar após a crise financeira de 2007-2009.

De acordo com o BIS (2013), passou a denominar-se por *Liquidity Coverage Ratio* (*LCR*) e é um dos indicadores base dos testes de *stress* que são regulamente efetuados

pelo Banco Central Europeu aos bancos da zona Euro. Este rácio deve ser sempre superior a 1.

2.3.6. Sensibilidade ao Risco

Na falta de informação sistematizada em relação aos betas das ações das entidades estudadas e da inexistência de dívidas de cobrança duvidosa nas contas dos bancos (resultado da aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro que determinam que quando há incumprimento os ativos devem ser considerados imediatamente em imparidades e não em cobrança duvidosa), optámos por seguir a recomendação de Hays (2009) e relacionar os juros recebidos e os juros pagos com os ativos e passivos respetivos. Obtivemos dessa forma um indicador a que chamámos “spread agregado” que permite verificar a forma como as instituições se comportaram na gestão dos ativos de passivos, ajustando-se com maior ou menor rapidez à conjuntura económica.

Capítulo III – Caracterização dos bancos objeto de estudo

Segundo Gonçalves e Ribeiro (1989), para se analisar a atividade económica e o papel que assumem os bancos na economia, tem que se compreender um pouco sobre a moeda e os mecanismos pelos quais é criada. Os bancos são imprescindíveis à distribuição da moeda por todos os agentes económicos. A moeda é a estrutura da atividade bancária. É a unidade de valor ou padrão de avaliação, porque: (1) pode ser usada para exprimir o valor de um bem, (2) é reserva de valor ao possibilitar o adiantamento da utilização do poder de compra e (3) é o intermediário das trocas porque permite a aquisição de qualquer bem ou serviço, facilitando o desenvolvimento das trocas.

As sociedades inventaram a moeda para facilitar a atividade económica. A moeda permite que alguém ceda algo sem que tenha que receber em troca um produto específico.

A moeda – e os sistemas de pagamentos – permitem que as pessoas se desloquem para locais distantes durante longos períodos, do mesmo modo que permite que as empresas façam negócio com outras empresas que operam em locais longínquos.

A moeda permite também, que o excesso de recursos (poupança) de determinado agente económico – indivíduos, famílias, empresas - possa ser utilizado por outros agentes económicos que deles necessitem. Esta operação, por um lado, possibilita a quem aplica os recursos ter um rendimento no futuro e, por outro lado, incrementa o investimento e a criação de riqueza.

O sistema financeiro, e neste, os bancos, desempenham um papel crucial em tudo o que diga respeito à utilização da moeda pela economia.

Os bancos asseguram o funcionamento dos sistemas de pagamentos o que permite que as várias entidades desenvolvam a sua atividade e que se desloquem e atuem em locais distantes. A inexistência de um sistema bancário bem estruturado não permitiria a circulação da moeda, sendo também mais difícil a criação de mercados de bens e serviços, bem como a circulação de pessoas e bens.

Os bancos são também fundamentais na intermediação financeira, isto é, recolhem a poupança de quem possui recursos excedentários e disponibilizam esses recursos a quem deles necessita. Sem esta operação, a capacidade de investir dos particulares e das empresas ficaria muito limitada.

Importa, pois caracterizar os Bancos objeto de estudo. Assim sendo vamos identificar os factos mais relevantes das histórias dos bancos em análise de forma a enquadrar os

últimos 10 anos da sua atividade na sua história, para compreender melhor o nível de intervenção necessário a adquirir a sustentabilidade.

3.1. Caixa Geral de Depósitos

A CGD trata-se de uma instituição com uma longa história. A tabela 1 apresenta alguns dos acontecimentos mais importantes da longa história da CGD.

Tabela 1. Acontecimentos marcantes da história da Caixa Geral de Depósitos

Ano	Acontecimentos
1876	Fundação por Carta de Lei no reinado de D. Luís à semelhança do que acontecia na Europa. A CGD é gerida pela Junta de Crédito Público.
1896	Autonomia em relação à Junta de Crédito Público. Gestão confiada a um Conselho de Administração pela primeira vez.
1929	Passa a designar-se “Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência”. Inclui 2 serviços: a Caixa Nacional de Previdência e a Caixa Nacional de Crédito. Deixa de financiar apenas o Estado e passa a afirmar-se como estabelecimento de crédito.
1969	Implicações da “Lei Orgânica” na estrutura da CGDCP. Passagem de “entidade de serviço público” para “empresa pública” para o exercício de funções de crédito. A “Caixa Geral de Crédito” é incorporada na CGDCP.
1982	Criação da Locapor – Companhia Portuguesa de Locação Financeira Mobiliária e da Imoleasing, e da Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, instituições pioneiras em Portugal.
1987	Criação da Sociedade Gestora FUNDIMO, Fundo de Investimentos Imobiliário e da primeira Sociedade de Capital de Risco em Portugal (a Promindústria).
1988	Aquisição de participação maioritária no BNU e na Seguradora Fidelidade.
1992	Equiparação definitiva da CGD aos outros Bancos através da aprovação do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
2000	CGD é peça fundamental da reestruturação dos grupos bancários e seguradores portugueses quando assume, por indicação do Ministério das Finanças, uma função geradora de equilíbrios ao tomar as empresas do grupo Champalimaud (Mundial Confiança, Banco Totta e Acores, Banco Pinto e Sotto Mayor e Crédito Predial Português) “repartindo-as” pelo BCP (Banco Pinto e Sotto Mayor), pelo Banco Santander (Banco Totta e Açores e Crédito Predial Português) e ficando para si própria com a Mundial Confiança, concretizando a decisão do Ministério das Finanças ao não autorizar a venda do ramo financeiro do grupo Champalimaud ao Banco Santander.
2001	Fusão por incorporação do BNU na CGD.
2002	CGD avança com a fusão dos três bancos que detém em Espanha. O banco em Espanha passa a designar-se por Banco Caixa Geral.
2004	CGD aumenta capital em 400 milhões de euros.
2007	CGD financia 22 acionistas do BCP em mais de 500 milhões de euros, para que estes reforcem as suas posições nesse banco.
2009	Criação do Banco Caixa Geral Totta Angola em parceria com o Banco Santander que detinha em Angola o Banco Totta de Angola. Em conjunto detém 51% desse Banco.

2011	CGD regista prejuízos de 488 milhões de euros devido ao impacto das imparidades e provisões que ascenderam a 1.675 milhões de euros.
2012	Segundo ano consecutivo com resultados negativos: em 2012 CGD regista um resultado negativo de 395 milhões de euros.
2013	Terceiro ano consecutivo com resultados negativos, agora com 579 milhões de euros.
2014	Alienação se 80% da área de Seguros. Quarto ano com resultados negativos: 348 milhões de euros em 2014
2015	CGD e Santander Totta terminam parceria em Angola com a CGD a ficar com a posição anteriormente detida pelo segundo. Desta forma a CGD (através da Partang) passa a deter os 51% do capital do Banco angolano, anteriormente detido por ambos em parceria.

Fonte: Elaboração própria

3.2. Banco Comercial Português

O Banco Comercial Português celebrou em 2015 o seu 30º aniversário. Desde a sua fundação até ao presente foi alvo de muitos estudos e foi um caso de sucesso até 2005. Depois começou a registar problemas. Desde que concretizou a aquisição do BPA (Banco Português do Atlântico) em 1995, que é o maior banco privado português. A tabela 2 apresenta algumas das datas mais relevantes da sua história.

Tabela 2. Histórico do Banco Comercial Português

Ano	Acontecimentos
1985	Criação do BCP
1987	BCP é cotado na BVL. Criação da Ocidental (seguros) e da Nacional Factoring
1989	Lançamento da Nova Rede (rede de agências do Banco)
1990	Admissão à cotação no mercado norte-americano através da emissão de ADR's.
1992	Criação do Banco de Investimento Imobiliário
1993	Acordo de cooperação estratégica com Banco Central Hispano
1994	Tentativa de aquisição do Banco Pinto e Sotto Mayor em OPV, falhada. OPA ao BPA. BCP adquire o seu controlo com pouco mais de 50%.
1998	Parceria com Banco Polaco de que viria a resultar o Bank Millennium Polónia
1999	Fim da aliança com BCH porque esse banco ter sido adquirido em Espanha pelo Banco Santander, grande rival do BCP.
2000	Aquisição do Banco Mello, Companhia de Seguros Império e do Banco Pinto & Sottomayor (este por separação do grupo Champalimaud que, na altura tinha o Banco Totta e Açores, o Banco Pinto e Sotto Mayor e o Crédito Predial Português para além da Mundial Confiança). Aquisição das restantes ações do BPA, com vista à fusão de todos os Bancos no BCP.

2000	Parceria estratégica com Banco Sabadell Lançamento do Novabank na Grécia
2003	Lançamento da marca “Millennium bcp”
2004	Venda da seguradora Império-Bonança à CGD
2006	Lançamento OPA sobre BPI. Em Maio de 2007 foi dada como “morta”.
2007	Conflito entre acionista e entre gestores. Grave conflito de agência.
2008	Parcerias estratégicas com Sonangol e Banco Privado do Atlântico.
2009	Fusão por incorporação do Millennium bcp Investimentos
2010	No início de 1998, cada ação do BCP valia em € 5,4 por ação. Em Maio de 2010 cada ação estava cotada a € 0,65 por ação e na altura não se sabia onde esta quebra iria levar...
2011	BCP regista prejuízos históricos de 786 milhões de euros. BCP recorre à linha de capitalização do Estado. Ações do BCP são transacionadas por preços próximo dos € 0,14.
2012	Novo recorde de prejuízos: 1.219 milhões de euros devido a situação da Grécia (correspondente a 694 milhões de euros) e a imparidades. Reestruturação do banco continua em curso: quadro de pessoal reduz quase 1000 trabalhadores. Cotação fecha a €0,08 por ação.
2013	Exercício encerra com prejuízos de 740 milhões de euros. Cotação no fecho do ano atinge o valor de €0,05 por ação.
2014	Exercício encerra em prejuízos de 218 milhões de euros. Reestruturação contínua com redução de pessoal, redução do número de agências e venda de participações financeiras. Cotação das ações fecha nos €0,07.
2015	Espera-se que no exercício de 2015, o BCP registre um resultado positivo de aproximadamente 300 milhões de euros mas que a cotação continue a descer...

Fonte: Elaboração própria

3.3. Banco Espírito Santo

O BES foi, igualmente, uma das instituições com uma longa história, desde as suas origens e sempre esteve ligado ao nome do seu fundador, José Maria Silva do Espírito Santo, mas foi alvo de resolução em 2014, não chegando a concluir 150 anos de existência que faria em 2019! A tabela 3 apresenta algumas das datas mais marcantes da história do BES.

Tabela 3 Histórico Banco Espírito Santo

Ano	Acontecimentos
1869	As origens do Banco Espírito Santo remontam o comércio de lotarias, câmbios e títulos que José Maria do Espírito Santo Silva (Lisboa, 1850-1915) exerceu entre 1869 e 1884.
1920	Deu-se a fundação de várias casas bancárias, tais como, a Beirão, Silva Pinto & C ^a , (1884-1897), Silva, Beirão, Pinto & C ^a . (1897-1911), J. M. Espírito Santo Silva (1911) e J. M. Espírito Santo Silva & C ^a . (1911-1915)

1926	Na década de 20, foi um período de convulsões políticas, económicas e sociais, que levaram alguns bancos à falência, o BES reforçou a sua posição no contexto da banca nacional, e em 1926 integra o grupo das cinco maiores instituições bancárias privadas.
1932	Ricardo Ribeiro do Espírito Santo Silva eleito em 1932 para a Presidência do Conselho de Administração com o novo modelo de gestão implementado, inicia-se uma fase de consolidação e expansão da empresa.
1937	Em 1937 o BES funde-se com o Banco Comercial de Lisboa (instituição criada em 1875), dando origem ao Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL)
1970	Início do processo de internacionalização, até meados de 1970 o BESCL reforçou as participações na área internacional com aquisições, parcerias e criação de bancos em países como os EUA, Angola, Reino Unido, entre outros.
1975	a 14 de Março de 1975, em virtude do Decreto-Lei N° 132-A, são nacionalizadas todas as instituições de crédito com sede no território português. Impedido de desenvolver a sua atividade em Portugal, o Grupo Espírito Santo (GES) refaz os seus interesses no exterior em países como o Brasil, Suíça, França e EUA. O ponto alto de desenvolvimento foi em 1975 a criação de uma holding sediada no Luxemburgo, sociedade que em 1984 deu origem ao Espírito Santo Financial Group (ESFG).
1986	Início do processo de privatizações. Regresso da família a Portugal iniciou-se em 1986, após a retoma das atividades bancárias à iniciativa privada
1990	Em 1990 o GES recupera a Companhia de Seguros Tranquilidade (onde a família tinha uma participação desde 1935) e recupera o controlo do Banco Espírito Santo (perdido aquando da nacionalização da banca, em 1975).
1991	Após a reprivatização, Ricardo Salgado assume a presidência executiva do Banco Espírito Santo e dá início a um percurso que conduziu a um aumento de quota de mercado de 8% para 20% e à internacionalização do BES.
1992	Em 1992 o BES passou a operar no mercado espanhol após a aquisição do Banco Industrial del Mediterráneo,
1995	Em 1995, abriu em Macau o Banco Espírito Santo do Oriente (BESOR) com produtos para empresas e começou a oferecer produtos para clientes private.
2001	Em 2001 foi constituído o Banco Espírito Santo Angola
2009	Constituição da “Avistar” (holding)
2012	Em 2012, foi o único dos três maiores bancos privado português a aumentar capital recorrendo apenas aos acionistas e ao mercado de capitais, sem recorrer ao dinheiro dos contribuintes...
2013	Em Janeiro de 2013 o BES foi o único banco português a gerir a operação que marca o regresso de Portugal aos mercados desde que o país foi alvo de intervenção da troika.
2014	Em Maio de 2014, através de um prospeto de aumento de capital, o banco revelou que uma auditoria externa às contas de 2013 do Grupo Espírito Santo apurou irregularidades nas suas contas e concluiu que a sociedade apresentava uma situação financeira grave. No final de Março, o crédito em risco representava 11,1 % da carteira do banco. Esta situação resultava da carteira de crédito às empresas representar 73,4 % do total de financiamento concedido. Em Julho de 2014, Ricardo Salgado foi afastado da liderança e substituído pelo economista Vítor Bento por acordo entre os principais acionistas e o Banco de Portugal. No dia 30 de Julho, Vítor Bento anunciou a existência no seu balanço de 4.253,5 milhões de euros de "imparidades e de contingências" o que obrigava a

	<p>considerar no primeiro semestre de 2014, um prejuízo de 3.577 milhões de euros..</p> <p>Entre Janeiro e Agosto de 2014, as ações do BES perderam mais de 80% do seu valor, caindo de €1,05 por ação para o valor de €0,17.</p> <p>No início de Agosto, o Banco Central Europeu terá suspenso o acesso do BES às operações de política monetária, obrigando a reembolsar integralmente o seu crédito junto do Eurosistema no prazo de três dias no valor de 10 mil milhões de euros. Apesar destes dados não serem públicos, em dois dias a cotação desceu cerca de 80%.</p> <p>A 3 de agosto 2015, o Banco de Portugal através do seu Governador Carlos Costa, foi anunciada a resolução do BES e a criação de um banco com os ativos bons (o “Novo Banco”) e um “empréstimo” de 4.900 milhões de euros, ficando o BES com os ativos maus, as ações BES e a dívida subordinada.</p>
--	--

Fonte: Elaboração Própria

3.4. Banco Santander Totta

A História do grupo Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BST”), atravessou várias fases tendo estado presente na concentração da atividade bancária em Portugal que teve o seu momento forte no final dos não 90 do século passado. Descrevem-se em seguida os factos marcantes dessas fases. A tabela 4 apresenta assim algumas das datas mais importante da vida do Banco.

Tabela 4 - Histórico do Banco Santander Totta

Ano	Acontecimentos
1857	O Banco Santander foi criado em 1857, começando inicialmente apenas na província de Santander em Espanha (hoje Cantábria), para depois se alargar a todo o país, crescendo através de aquisições.
1864	Fundação da Companhia Geral do Crédito Predial Português (CPP)
1968	CPP é adquirido pelo grupo BIP (Jorge de Brito/Jorge Gonçalves Pereira) que cedeu a sua posição em 1973 a Manuel Bulhosa
1970	Criação do Banco Totta & Açores, a partir da fusão com do Banco Totta o Banco Lisboa & Açores
1975	Nacionalização do Crédito Predial Português (CPP) e do Banco Totta & Açores (BTA)
1988	A presença do Banco Santander em Portugal começou pela compra de 10% do Banco de Comércio e Indústria Criação do Banco Santander de Negócios Portugal
1989	Privatização da 1ª parte do BTA, maioritariamente comprada pelo Banco Banesto. A segunda parte da privatização decorre em 1990. O Banco Santander viria a adquirir o Banesto em Espanha (depois de uma grande polémica devido à forma como o Banesto adquiriu o domínio do BTA) e a ficar com uma posição importante no BTA que acabaria nas mãos de António Champalimaud, em 1995...
1992	Privatização do CPP através de OPV. O Banco BTA adquire uma posição maioritária.
1993	O Banco Santander reforça a sua posição no BCI tornando-se maioritário

1995	CPP e BTA são adquiridos pela Seguradora Mundial Confiança (que entretanto tinha sido adquirido por António Champalimaud).
1998	Designação social do BCI passa a Banco Santander Portugal
1999	Banco Santander em Espanha adquire e funde-se com o Banco Central Hispano (BCH) e passa a designar-se por Banco Santander Central Hispano (BSCH).
2000	O BSCH adquire de uma só vez (por venda de António Champalimaud) o Grupo Mundial Confiança que detinha o Banco Pinto e Sotto Mayor, o Banco Totta e Açores e o Crédito Predial Português. Por essa venda não ter sido feita de acordo com os preceitos legais, o Ministério das Finanças “separou” o grupo Mundial Confiança, via Caixa Geral de Depósitos, em três partes: o BPSM que foi vendido ao BCP, o BTA e o CPP que foram vendidos ao BSCH e a Seguradora Mundial Confiança que ficou na CGD.
2002	É o maior grupo financeiro estrangeiro a operar em Portugal, com liderança em todas as frentes.
2004	Fusão entre o Banco Santander Portugal, o Crédito Predial Português e o Banco Totta e Açores. Surge o Banco Santander Totta. É interessante sublinhar que a entidade que serviu de base à fusão, não foi o Banco Santander Portugal, mas sim o Crédito Predial Português, devido ao seu estatuto privilegiado.
2006	Nesta fusão o Santander permaneceu como accionista maioritário. As 3 marcas mantêm-se até 2006 passando a denominar-se Banco Santander Totta. Foi o primeiro grupo financeiro português a obter a certificação global de qualidade segundo a norma ISO 9001/2000.
2007	Banco Santander Central Hispano passa a chamar-se somente, Banco Santander
2010	Procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN)
2015	Atualmente é o terceiro maior banco privado, é o quarto maior banco em Portugal, O Banco Santander Totta é considerado um dos melhores serviços bancários a atuar no mercado financeiro nacional. Tornou-se ao longo da sua história um dos preferidos dos portugueses por todo o leque de serviços e produtos bancários que disponibiliza.

Fonte: Elaboração Própria

3.5. Banco BPI

“O Grupo BPI é liderado pelo Banco BPI e centrado nas atividades de banca de empresas e de retalho e na prestação de serviços de banca de investimento e de gestão de ativos e nos seguros vida e não-vida - é o 3.º maior grupo financeiro português” (BPI, 2015:24)

Tal como os outros bancos apresentados, foi protagonista da consolidação bancária portuguesa. Na tabela 5 são apresentados alguns acontecimentos marcantes da história recente deste banco.

Tabela 5 Histórico do Banco Português de Investimento

Ano	Acontecimentos
-----	----------------

1981	Fundação da Sociedade Portuguesa de Investimentos (SPI).
1985	Transformação da SPI no Banco Português de Investimento para o qual Fernando Ulrich, atual presidente executivo, entrara em 1983.
1986	No mesmo ano em que Portugal adere oficialmente à CEE, a instituição financeira abre o capital e coloca ações nas Bolsas de Valores de Lisboa e do Porto.
1991	Aquisição do Banco Fonseca & Burnay (BFB) que tinha sido nacionalizado em 1975, pelo BPI.
1995	O BPI procede a uma reorganização, com a criação de uma holding bancária, o BPI SGPS, que passa a ser a sociedade cotada em bolsa, e que agrega o BFB e o BPI.
1996	O BPI adquire o grupo BFE, que engloba o Banco de Fomento Exterior (BFE) e o Banco Borges & Irmão (BBI), abrindo portas em Angola e Moçambique.
1998	Fusão dos bancos BPI, BFE, BFE e BBI, formando o Banco BPI. Adquire ainda a totalidade do capital do Banco Universo, um banco in-store pensado pela Sonae.
2000	Artur Santos Silva e Ricardo Salgado negociam, em Janeiro de 2000, um projeto de fusão entre o BPI e o BES. No final de Março, as negociações acabam sem acordo.
2002	Reorganização do grup Banco BPI. A sucursal de Angola passa a Banco de direito angolano e surge o Banco de Fomento Angola (BFA).
2003	O Banco de Fomento Moçambique (Banco do BPI desde a aquisição do BFE em 1996, entra num processo de fusão com o Banco Comercial e de Investimentos, ligado à CGD. Surge então o BCI Fomento, com acionistas locais, ficando o BPI com 30% da instituição, controlada pela CGD.
2004	A assembleia geral de acionistas de 20 de Abril marca o fim das funções executivas de Artur Santos Silva, por limite de idade (62 anos) que passa a presidente do conselho de administração. O cargo de CEO passa para Fernando Ulrich.
2006	O BCP, liderado por Paulo Teixeira Pinto, lança uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) sobre o BPI. Nessa altura, havia um cruzamento de posições entre os dois bancos. A investida arranca em Março e, em Abril, o conselho de administração classifica-a como “totalmente inaceitável”.
2007	O BCP rejeitou a proposta de fusão proposta pelo BPI.
2008	O BPI deixa de deter capital na Galp Energia e desfaz-se da sua posição no BCP. Em Setembro, pouco antes do colapso do Lehman Brothers e do alastrar da crise financeira a nível global, o BPI anuncia que a operadora de telecomunicações angolana Unitel vai ficar com 49,9% do banco do BPI em Angola, o BFA.
2011	O ano fica marcado pela mudança de Governo e pela entrada da troika, com aplicação de uma estratégia de austeridade. Em 2011, o BPI regista prejuízos, que ascendem a 285 milhões de euros (contra um lucro de 185 milhões em 2010). No final desse ano, o La Caixa já é dono de 30,1% do BPI, ficando o Itaú com 18,9% e Isabel dos Santos, via Santoro, com 9,99%.
2012	O ano é marcado por uma profunda mudança acionista, com a saída do Itaú. Em Abril, os brasileiros acabam por vender sua posição ao CaixaBank/La Caixa. Os catalães ficaram com os 18,87% do Itaú por 93,4 milhões de euros (50 cêntimos por ação). Com essa operação, sobem a posição para 49%. No entanto, a blindagem dos direitos de voto a 20% permitiu que não fosse lançada uma OPA. De seguida, o CaixaBank alienou uma fatia das ações a Isabel dos Santos, descendo a sua posição para os atuais 44,1%. Quanto à

	empresária angolana assegura o lugar de segundo maior acionista, com 19%.
2014	Em Junho, o BPI concretiza o pagamento antecipado do apoio concedido pela Troika (produtos de dívida denominados “Coco” ao Estado). Por essa altura, dá-se o colapso do GES e do BES, que leva à intervenção das autoridades e à criação do Novo Banco.
2015	17 de Fevereiro - O CaixaBank/La Caixa anuncia uma OPA sobre o BPI entretanto sem efeito devido à oposição da Santoro.

Fonte: Elaboração própria

Capítulo IV- Recolha de Dados

4.1. Recolha e organização das demonstrações financeiras dos Bancos

No desenvolvimento deste trabalho recolhemos os dados relativos às demonstrações financeiras individuais (balanços e demonstração de resultados) para o período 2005-2014.

Para concretizar essa recolha, consultámos os Relatórios e Contas das entidades em estudo no período considerado, depositados no sítio do Banco de Portugal (B.Portugal, 2015) e organizámos a informação no sentido de recolher a informação necessária à determinação da performance para o período em estudo, seguindo o modelo de CAMELS.

Para corrigir as diferenças de dimensão entre as entidades estudadas, recorreremos à organização da informação a partir de uma análise de estrutura. Os elementos recolhidos são assim apresentados no Anexo 1 em percentagem do activo (no que diz respeito ao balanço e em percentagem do “produto bancário” no que diz respeito à demonstração de resultados).

Importa referir que os dados referentes ao BPI 2014 se apresentam com diferenças de metodologia de reporte em relação à serie de anos anteriores pelo que em algumas situações não foi possível fazer comparação com os dados dos anos anteriores.

O mesmo acontece em relação ao BES 2014, cujos dados não apresentamos devido ao facto dos resultados apurados após resolução do Banco (ocorrida em Agosto de 2014) se basearem em critérios que não tiveram em vista a continuidade do Banco, tendo sido transformados em “banco mau”.

Por outro, nos trabalhos de preparação dos dados para aplicação do modelo CAMELS, fizemos uma agregação das rubricas do balanço e da demonstração de resultados que a seguir se discrimina.

4.1.1. Organização das rubricas das Demonstrações Financeiras

Segundo Cardoso (2005), as rubricas do balanço e da demonstração de resultados dos bancos devem ser organizadas, para análise, da seguinte forma⁹:

- (i) Os ativos devem ser separados entre ativos financeiros e ativos não financeiros;
 - (a) Os ativos financeiros devem incluir:
 - (a1) Os meios mais líquidos incritos no balanço (“caixa e disponibilidades em bancos centrais”, “disponibilidades noutras instituições de crédito”) assim como “aplicações em instituições de crédito”;
 - (a2) O “crédito a clientes”;
 - (a3) Os “ativos financeiros detidos para negociação e os “outros ativos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”;
 - (a4) Os “ativos financeiros disponíveis para venda”;
 - (a5) Os “investimentos detidos até à maturidade”;
 - (a6) Os “derivados de cobertura com justo valor positivo”
 - (a7) Os “investimentos em associadas, filiais e empreendimentos conjuntos”
 - (b) Os ativos não financeiros devem incluir:
 - (b1) Os “ativos não correntes detidos para venda”;
 - (b2) As “propriedades de investimentos;
 - (b3) Os “outros ativos tangíveis e intangíveis”
 - (b4) Os “ativos por impostos correntes e “os ativos por impostos diferidos”
 - (b5) Os “outros ativos”
- (ii) Os passivos devem ser separados, à semelhança dos ativos, em passivos financeiros e não financeiros.
 - (a) Os passivos financeiros devem incluir:
 - (a1) as reponsabilidades de liquidez de muito curto prazo, representadas por “recursos de bancos centrais” e “recursos de outras instituições de crédito” ;
 - (a2) os “passivos financeiros detidos para negociação”;
 - (a3) os “recursos de clientes”;

⁹ Esta organização é baseada nas categorias de ativos e passivos financeiros definidos na IAS 39.

- (a4) as “responsabilidades representadas por títulos”, os “passivos financeiros associados a ativos transferidos” e os “passivos subordinados”;
- (a5) os “derivados de cobertura com justo valor negativo”;
- (b) Os passivos não financeiros devem incluir:
 - (b1) As “provisões¹⁰”;
 - (b2) Os “passivos por impostos correntes” e os “passivos por impostos diferidos”;
 - (b3) Os “outros passivos”.
- (iii) Os capitais próprios devem incluir:
 - (a) O “capital próprio” (“capital” acrescido dos “prémios de emissão” e abatido das “ações próprias” quando existirem);
 - (b) Os “outros instrumentos de capital”;
 - (c) As “reservas de reavaliação”, também chamada de “reservas de justo valor” porque é onde são registadas as mais ou menos valias da carteira de ativos disponíveis para venda,
 - (d) As “outras reservas e resultados transnitados”;
 - (e) O “resultado líquido de exercício”.
- (iv) No que diz respeito à demonstração de resultados, ela deve ser organizada para se apurar:
 - (a) A margem financeira resultado da diferença entre “os juros e rendimentos similares” e “juros e encargos similares”. Esta margem é representativa da função de intermediação financeira que os bancos exercem;
 - (b) Os “outros resultados da atividade bancária” que agrega os resultados obtidos a partir das outras atividades exercidas pelos bancos que geram rendimentos;
 - (c) Na atividade de prestadores de serviços (expressa na diferença entre “serviços e comissões recebidas” e de “serviços e comissões pagas”);

¹⁰ De acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, os passivos devem ser corrigidos por provisões e os ativos por imparidades. A prática existente de abater os ativos por provisões, está em vias de ser alterada definitivamente nas contas individuais, pelo Banco de Portugal.

- (d) Em “rendimentos de instrumentos de capital” correspondendo aos rendimentos (dividendos) das aplicações feitas em capital próprio de outras entidades;
- (e) Em resultado da avaliação ao justo valor dos ativos e passivos financeiros detidos pelos bancos nas suas carteiras de aplicações. Corresponde ao somatório dos “resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados” com o “resultado dos ativos financeiros disponíveis para venda”;
- (f) No “resultado da alienação de ativos não financeiros”;
- (e) Noutros resultados de exploração
- (g) O “produto bancário” que corresponde ao somatório da “margem financeira” com os “resultados das outras atividades bancárias”;
- (h) Os “gastos de transformação” que correspondem ao somatório dos “gastos com pessoal”, “gastos gerais administrativos” (que correspondem a “fornecimento e serviços de terceiros”) e a depreciações e amortizações. Estes gastos de transformação estão geralmente associados aos custos diretos da atividade bancária.
- (i) os “resultados de outros rendimentos e gastos”. Esta rubrica regista os ganhos ou perdas decorrentes dos movimentos com provisões e com imparidades no crédito e imparidade noutros ativos financeiros.
- (j) O “resultado antes de impostos” que corresponde ao somatório do “produto bancário”, com os “gastos de transformação” e os “outros rendimentos e gastos”
- (k) os “impostos”, correspondendo ao somatório dos movimentos com “impostos correntes” e com “impostos diferidos”;
- (l) o “resultado líquido” pelo somatório do “resultado antes de impostos” com os “impostos” do período.

Esta organização dos elementos das demonstrações financeiras dos bancos permite o apuramento de todos os rácios necessários à aplicação do modelo CAMELS e a sua análise.

Para além desta informação foi ainda recolhida outra relativa aos bancos em análise, nomeadamente o quadro de colaboradores e ao número de agências bancárias de cada instituição financeira ao longo do período em análise.

4.2 Apresentação e discussão dos resultados

Os dados recolhidos para a aplicação e análise do modelo de CAMELS são apresentados em anexo: no anexo 1 os elementos do balanço e da demonstração de resultados dos bancos no período em análise e no anexo 2 apresenta-se um gráfico com o comportamento da taxa EURIBOR a 3 meses, informação importante para apoiar a análise dos dados.

4.2.1. Adequação de capital

Os resultados apurados relativamente à evolução da adequação de capital no período 2005-2014 são apresentados no quadro 4.1.

O rácio utilizado para apurá-los correspondeu ao quociente entre os capitais próprios e os ativos totais (equivalente a um rácio de autonomia financeira) atendendo á impossibilidade de determinar para as contas individuais dos bancos quais os seus ativos ajustados aos riscos.

(Unid.: %)

Quadro 4.1 Adequação do Capital (2005-2014)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Media
CGD	5,4	5,5	5,5	4,7	5,5	5,5	4,3	5,8	5,2	4,2	5,2
BCP	5,8	5,8	4,9	6,2	7,1	6,5	4,6	4,4	2,3	5,0	5,3
BES	5,4	8,1	7,6	5,4	7,4	8,2	7,0	9,1	8,6	n.d.	7,4
BST	4,0	5,5	4,4	4,1	4,1	3,6	1,6	3,1	3,7	4,8	3,9
BPI	4,5	4,0	3,5	3,3	3,6	2,5	0,1	2,5	3,2	4,8	3,2

Fonte: Elaboração Própria

Verifica-se que o banco mais capitalizado era o BES, o que pode ser interpretado como sinónimo de estabilidade nas suas contas individuais. A imagem que pretendia passar ao mercado era uma imagem de um banco sólido. É claro que este valor oscilou ao longo do período em análise, estando muito condicionado com os comportamentos, nem sempre homogéneos, dos ativos e do montante de capitais próprios. Verifica-se em todo o período que o rácio crescia e descia em anos consecutivos o que não denotava estabilidade. A estes comportamentos não são alheios os aumentos de capital efetuados em Bolsa nos anos de 2006, 2010 e 2012.

No extremo oposto da análise encontrava-se o BPI com o rácio de adequação de capital mais baixo dos bancos analisados. O rácio mantém alguma estabilidade no período em análise, exceto em 2011, ano em que apresenta um valor praticamente nulo. A explicação para esse comportamento deriva do impacto em capitais próprios das menos valias apuradas na desvalorização das ações que o BPI tinha do BCP quando se tentou defender da OPA lançada pelo BCP. De referir que o BPI fez aumentos de capital nos anos de 2008 e 2012, esta última para conversão de responsabilidades representadas por títulos, em capital e assim reembolsar os valores do apoio financeiro promovido pelo Troika.

Numa situação igualmente baixa em termos de adequação de capital encontramos o BST, situação que julgamos poder explicar por ser uma filial do Banco Santander que apresenta as suas contas de grupo em Espanha e, por isso, em nossa opinião, o BST aparece como um investimento financeiro espanhol em Portugal, em que uma das suas preocupações fundamentais é a rentabilidade atendendo ao risco. O BST apenas aumentou o capital uma vez, em 2014 e espera-se a concretização da segunda parte desse aumento em 2015 – fora, no entanto, do horizonte temporal deste trabalho.

Interessante que os dois bancos com controlo espanhol (BST e BPI) tenham o menor nível de capitais próprios sobre os ativos...

Com valores centrais encontramos a CGD e o BCP, próximos entre si ao longo do tempo, mas igualmente baixos. Constata-se que os valores do rácio na CGD apresentam sempre maior estabilidade de ano para ano, sendo a quebra do rácio verificada em 2014 explicada pelo grande aumento dos depósitos de clientes nesse ano (a CGD foi o “banco de refugio” de grande parte das poupanças que saíram de outros bancos, em crise). O valor desse aumento de depósitos foi superior a 3,5 mil milhões de euros, sem que tal fosse derivado de qualquer ação llevada a cabo pela sua gestão). De referir que essa estabilidade resultou em grande parte dos aumentos de capital efetuados entre 2007 e 2012 (em todos os anos), passando de 2,95 mil milhões de euros para 5,9 mil milhões de euros.

Quando ao BCP, denota-se uma queda significativa do rácio a partir de 2011 até 2013, com uma ligeira recuperação em 2014, mas ainda não suficiente para repor os rácios do início do período analisado. O BCP recorreu à bolsa para aumentar o capital em 2006

(por conversão de valores mobiliários em capital), 2008 e 2011, 2012 e 2014, sempre para repor situações de degradação anterior.

Em termos gerais não é fácil compreender que, em média mais de 92% dos ativos, sejam financiados por capitais alheios e a sua gestão não tenha entidades que representem os credores nos seus conselhos de administração, como por exemplo no modelo germânico de *Governance*, onde é dada uma função de supervisão aos representantes dos credores enquanto *stakeholders*.

Os quadros 4.2. e 4.3. complementam a informação indicada anteriormente e explicam em grande parte as oscilações que o rácio apresenta ao longo dos anos. Estes dados foram calculados apurando as variações percentuais dos valores do capital próprio e do ativo de cada ano em relação ao ano anterior.

(Unid.: %)

Quadro 4.2 Variação do Capital Próprio

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CGD	13,8	8,7	-7,0	27,3	6,1	-24,8	27,1	-17,0	-23,2
BCP	7,8	-8,4	39,6	20,0	-0,8	-31,7	-16,6	-52,9	62,1
BES	13,2	14,8	16,2	10,8	1,7	-2,5	-7,2	-3,8	n.d.
BST	11,8	-2,7	8,5	10,1	-16,6	-57,4	62,3	21,3	30,4
BPI	3,9	0,4	4,7	20,4	-33,4	-96,0	2616,0	15,4	27,9

Fonte: Elaboração Própria

Em termos gerais observa-se uma grande degradação dos capitais próprios a partir de 2010 na generalidade dos bancos. De referir que essa degradação é muito grande no BCP (entre 2011 e 2013) e na CGD (em 2011, 2013 e 2014), no BST e no BPI (2010 – 2011) e menor no BES (entre 2011 e 2013).

(Unid.: %)

Quadro 4.3 Variação do Ativo Total

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CGD	11,2	10,0	7,3	9,5	6,7	-3,6	-6,1	-8,2	-3,2
BCP	8,0	7,7	10,6	5,4	8,9	-4,3	-12,4	-10,3	-25,2
BES	70,2	9,0	-18,1	51,7	13,6	-17,4	21,2	-9,0	n.d.
BST	-18,1	20,5	17,6	10,3	-5,4	-6,3	-15,6	4,6	-0,7
BPI	17,8	13,4	12,7	9,6	-3,1	1,7	3,0	-7,4	-15,4

Fonte: Elaboração Própria

Quanto à variação do ativo, registam-se igualmente comportamentos significativos que coincidem com a diminuição de capitais próprios no mesmo período (2011-2014).

Tal situação contribuiu muito para a degradação da situação dos bancos em Portugal no contexto pós-resgate e não diretamente como consequência do *subprime*. Temos a informação de que foram fundamentalmente os incumprimentos de particulares (crédito pessoal e à habitação) e empresas (resultado das insolvências) que geraram esta situação de redução de ativos.

Quadro 4.4 Capital próprio / Crédito a Clientes

(Unid.: %)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CGD	9,0	9,0	8,6	7,2	8,9	8,9	7,0	9,3	8,3	6,8
BCP	9,6	10,0	8,1	10,0	8,1	10,0	12,0	12,5	9,3	8,7
BES	9,4	15,0	13,5	9,3	13,6	15,2	13,2	16,8	15,9	n.d.
BST	7,2	7,6	6,8	6,7	7,5	7,5	2,9	5,1	5,6	7,5
BPI	5,9	5,2	4,8	4,7	5,6	3,7	0,2	4,4	5,6	7,1

Fonte: Elaboração Própria

O rácio de capital próprio em relação ao crédito concedido (cujos elementos se apresentam no Quadro 4.4.), mede a cobertura dos créditos concedidos por capitais próprios e será tanto melhor, quanto maior for este rácio.

No geral ele confirma o que analisámos anteriormente. O BES apresenta o melhor grau de cobertura do crédito a clientes por capitais próprios, seguido do BCP. Esta relação indicia que parcela do crédito a clientes no total do ativo seria menor no BES e no BCP que nos outros bancos. Nos restantes bancos nada de significativo a assinalar para além dos valores se considerarem baixos, visto que se comprova que os bancos não parecem ajustar o capital próprio ao crédito concedido de forma significativa.

Quadro 4.5 Capital próprio / Recursos de clientes

(Unid.: %)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CGD	9,2	9,6	10,9	9,1	10,9	11,3	8,1	10,2	8,5	6,1
BCP	15,0	16,6	13,7	17,5	20,0	21,1	13,8	11,5	5,1	8,2
BES	14,1	22,6	21,0	15,9	24,4	23,5	16,6	20,7	17,0	n.d.
BST	13,3	16,3	15,4	12,5	13,8	9,6	3,7	5,7	7,1	8,9
BPI	11,5	9,9	7,8	6,9	9,2	6,3	0,2	6,4	7,0	8,1

Fonte: Elaboração Própria

Outro rácio representativo da adequação de capital à atividade bancária, relaciona o capital próprio com o montante de recursos de clientes, cujos valores são apresentados no Quadro 4.5. Este rácio representa a capacidade dos capitais próprios poder acorrer ao montante dos depósitos efetuados pelos clientes. Quanto maior for esta percentagem, melhor será a situação para os depositantes e consequentemente para o banco.

Também para este rácio, o BES apresenta os melhores valores.

No BST verifica-se que o crescimento dos depósitos foi superior ao crescimento dos capitais próprios a partir de 2010, quando antes essa relação se mantinha mais estável.

Nos restantes bancos a situação apresenta-se, no final do período em análise, mais ou menos estável, com exceção da CGD pelo motivo já apresentado relacionado com o crescimento anormal dos recursos em 2014 apesar de haver comportamentos diferentes dos bancos no restante período: o BPI apresenta na generalidade dos anos, sempre valores mais baixos neste rácio que a CGD e o BCP apresenta sempre um rácio mais elevado até 2012, reduzindo-se então significativamente em 2013 (muito devido à redução do montante de capitais próprios).

Quadro 4.6 Capital próprio / Provisões e Imparidades totais

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CGD	10,6	13,5	16,0	4,6	11	7,8	3,7	3,7	3,3	2,4
BCP	23,3	22,6	10,5	12,0	7,5	8,9	3,7	1,5	0,7	1,4
BES	10,1	20,4	20,2	12,7	9,1	14,1	4,8	7,5	6,9	n.d.
BST	16,4	15,4	13,6	33,3	22,1	18,9	2,6	2,7	4,7	9,4
BPI	10,7	23,6	20,1	8,2	9,1	11,9	0,1	5,7	6,3	8,5

Fonte: Elaboração Própria

No quadro 4.6. apresentam-se os valores do rácio que relaciona o capital próprio com as provisões e imparidades totais (de crédito e de outros ativos financeiros) que constituíram gasto no período e, por isso, expressos na demonstração de resultados.

Quanto maior o valor deste rácio (maior o número de vezes que o capital próprio é superior às provisões/imparidades), melhor.

Na generalidade dos bancos constata-se que a relação se deteriora significativamente a partir do ano de 2011, à exceção do BCP, cujo processo de deterioração se inicia mais cedo, em 2009.

A intensidade desse processo também tem dimensões diferentes: ela é muito significativa no BCP e na CGD e menos intensa (apesar de ser igualmente significativa), no BST e no BPI.

O BES regista uma posição intermédia relativamente a este rácio.

Este comportamento indicia uma perda de valor muito grande dos ativos dos bancos no período 2011 a 2014, coincidindo com o período de ajustamento da economia portuguesa.

4.2.2. Qualidade do Ativo

Os quadros 4.7, 4.8 e 4.9 vistos em conjunto, representam a estrutura dos ativos dos bancos repartidos entre “crédito a clientes”, “investimentos financeiros” e “disponibilidades”.

Como seria normal, a maior percentagem dos ativos dos bancos é constituída por “crédito a clientes”. Apresentam, no entanto, comportamentos diferentes.

Analisando os valores médios apurados para o período, comprova-se que BCP e BES são os que apresentam uma percentagem menor de crédito nos seus ativos, com o BCP a apresentar um decréscimo significativo da percentagem dos ativos aplicados em crédito a partir de 2009, situação que recupera ligeiramente em 2013. O BES e CGD apresentam grande estabilidade neste rácio ao longo do período, como pequenas oscilações anuais na afetação dos seus ativos em crédito.

Quadro 4.7 Importância do Crédito a Clientes no Total do Ativo

	(Unid.: %)										
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Media
CGD	60,4	61,6	63,6	66,2	62,0	61,7	61,6	62,6	63,5	60,8	62,4
BCP	60,4	57,9	60,7	62,5	59,4	51,9	49,6	50,3	52,5	64,0	56,9
BES	56,7	53,7	56,7	57,9	54,0	54,1	52,8	54,2	54,2	n.d.	54,9
BST	56,0	72,0	65,6	61,2	54,6	47,8	56,5	62,1	65,1	64,1	60,5
BPI	76,9	76,3	73,7	69,9	64,9	66,9	62,1	57,4	56,3	67,3	67,2

Fonte: Elaboração Própria

O BPI é, sem dúvida o banco que efetua maior percentagem do seu ativo ao crédito, situação que apenas não se verificou no período 2011-2013, quando recorreu a apoios do Banco Central Europeu.

O BST tem vindo a aumentar, ao longo do tempo, a sua percentagem de crédito em relação ao ativo.

Em geral as instituições financeiras analisadas, afetam parte significativa dos seus ativos a investimentos financeiros, quer sejam de investimentos em títulos, quer em participações financeiras. Estas opções justificam-se pela natureza da atividade bancária que desde 1992 adoptou o modelo de banca universal e, dessa forma, tem a banca de investimentos e a banca comercial juntas, ao contrário do que seria recomendável.

O Quadro 4.8. apresenta a parte dos ativos aplicados em investimentos financeiros nos bancos analisados.

Quadro 4.8 Importância dos Investimentos Financeiros no Total do Ativo

	(Unid.: % do total)										
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Media
CGD	13,0	13,1	13,2	10,9	13,6	19,5	17,9	21,2	22,3	24,1	16,9
BCP	7,6	8,8	8,6	13,3	17,8	26,7	24,6	20,0	20,2	16,1	16,4
BES	17,7	18,2	17,0	22,1	18,8	23,9	26,1	19,4	17,3	n.d.	20,1
BST	28,7	10,8	14,3	21,0	25,5	31,9	30,7	20,3	18,1	24,1	22,5
BPI	7,9	10,2	12,7	9,4	23,6	23,2	27,0	35,0	35,5	22,7	20,7

Fonte: Elaboração Própria

Comprova-se que os bancos afetaram parte significativa dos seus ativos em investimentos financeiros. Na generalidade todos aplicam mais de 15% nessas aplicações tendo o BPI chegado a atingir 35%, em 2012 e 2013. Pensamos que o motivo que justifica este reforço neste tipo de aplicações, terá sido a perceção do aumento do risco de crédito verificado a partir de 2009-2010, desde que a situação financeira das empresas e dos particulares se começou a deteriorar em Portugal.

Quadro 4.9 Importância das Aplicações em Disponibilidades no Total do Ativo

(Unid.: % do total)											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Media
CGD	18,8	18,0	17,0	15,8	17,7	11,9	12,0	7,6	5,4	5,8	13,0
BCP	19,0	21,4	19,8	13,3	11,6	10,5	14,9	18,6	13,2	3,5	14,6
BES	20,1	22,4	20,8	13,7	18,8	12,1	11,8	15,2	16,1	n.d.	16,8
BST	11,6	12,0	16,1	14,0	16,4	15,8	7,5	12,2	11,8	7,2	12,5
BPI	8,5	7,9	8,4	11,4	7,3	4,9	5,8	3,5	4,0	5,8	6,7

Fonte: Elaboração Própria

No que diz respeito à parte dos ativos que constituem as “disponibilidades”, constata-se que os bancos se preocupam muito com a questão da liquidez, reservando percentagens significativas desses ativos nas suas contas individuais.

O BPI é exceção nesta matéria visto que é o banco que reserva menos disponibilidades de forma sistemática, nos seus ativos.

Como estas aplicações têm rendibilidades muito reduzidas (ou mesmo nulas e nalguns casos recentes, negativas), aliadas à estratégia promovida pelo Banco Central Europeu de disponibilizar fundos a taxas de refinanciamento muito baixas (em 2015 passaram mesmo a ser nulas), justificam que este rácio apresente valores cada vez mais baixos.

Quadro 4. 10 Provisões e Imparidades de crédito no total do Credito concedido

(Unid.: % do total)											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Soma
CGD	0,84	0,67	0,54	1,57	0,81	1,14	1,90	2,49	2,50	2,80	15,26
BCP	0,41	0,44	0,78	0,83	1,59	1,40	2,55	5,83	6,34	5,43	25,60
BES	0,93	0,74	0,67	0,73	1,50	1,08	2,76	2,24	2,31	n.d.	12,96
BST	0,44	0,50	0,50	0,20	0,34	0,40	1,13	1,85	1,19	0,80	7,33
BPI	0,55	0,22	0,24	0,57	0,61	0,31	2,24	0,78	0,90	0,84	7,27

Fonte: Elaboração Própria

O Quadro 4.10 apresenta a relação entre as provisões as imparidades de crédito em relação ao crédito concedido. Como a gestão do crédito é feito numa ótica do *stock* (os créditos são mantidos no ativo até à sua maturidade á medida que outros são concedidos), optámos por somar os valores anuais obtidos em cada banco, para ter uma dimensão agregada desta rubrica.

Chegámos a uma conclusão em linha com as nossas expectativas: o BCP teve o maior rácio de perdas acumuladas (mais de 25% do crédito concedido foi levado a perdas), tendo portanto a pior carteira de crédito de todos os bancos analisados.

Depois CGD e BES com percentagens bastante mais reduzidas (reportadas a 2013 entre 12 e 13% do crédito). O BPI e o Santander foram os bancos que revelaram melhor qualidade na carteira de crédito.

Quadro 4.11 Margem na Intermediação Financeira

(Unid.: %)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média
CGD	3,0	3,3	3,2	3,1	2,2	1,9	2,2	1,8	1,4	1,7	2,4
BCP	3,3	3,1	2,6	2,7	2,4	2,7	3,0	2,1	1,8	2,4	2,6
BES	2,6	3,4	3,4	3,1	3,4	2,8	2,9	2,9	2,3	n.d.	3,0
BST	3,3	3,3	3,1	2,8	3,2	3,8	2,8	3,2	2,8	3,0	3,1
BPI	3,0	2,7	2,6	2,4	2,3	2,3	2,1	2,5	2,2	2,4	2,5

Fonte: Elaboração Própria

Nos quadros 4.11. apresenta-se um rácio que pretende apurar a dimensão da margem financeira em relação ao crédito concedido.

Em termos gerais os resultados obtidos revelam margens diversas de banco para banco. BST e o BES foram os bancos que melhor rácio apresentam (3,1 e 3% respetivamente). CGD, BCP e BES obtiveram margens muito inferiores (valores entre 2,4 e 2,6% do crédito concedido). Uma possível explicação para estes valores prende-se com o peso do crédito à habitação nas carteiras de crédito concedido pelos bancos que, pela sua dimensão relativa, produz tanto maior diminuição, quando maior for o seu volume.

No que diz respeito aos rendimentos gerados em investimentos financeiros (Quadro 4.12), observamos que o BCP apresenta, em média, valores de rendibilidade bastante superiores que todos os outros bancos.

Quadro 4.12 Rendibilidade em Investimentos Financeiros

	(Unid.: %)										
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média
CGD	6,3	5,2	4,3	5,1	2,3	2,0	1,4	2,6	1,1	1,6	3,2
BCP	7,8	8,8	6,9	2,7	2,9	1,5	-0,1	3,3	1,3	6,5	4,2
BES	3,9	2,6	3,5	0,5	3,2	1,8	2,2	3,9	0,6	n.d.	2,5
BST	1,1	5,4	3,6	1,6	1,6	0,3	0,5	1,3	0,8	1,1	1,7
BPI	3,5	3,2	4,5	11,3	1,6	0,8	2,1	1,7	0,9	1,3	2,8

Fonte: Elaboração Própria

Na situação oposta encontramos o BST, banco que menor rendibilidade obtém nestas aplicações, o que indicia que esse banco considerava os investimentos financeiros menos importantes no quadro dos fatores geradores de performance, ao contrário do que acontecia com o BCP, CGD, BPI e BES que ocupam as posições intermédias.

BCP e CGD conseguem melhores rendibilidades nos investimentos financeiros que na intermediação financeira.

4.2.3. Qualidade da Gestão

A qualidade da gestão é uma variável que deve ser medida tendo em conta um conjunto de atributos de natureza quantitativa e qualitativa. Na abordagem de aqui se desenvolve, apenas são considerados elementos de natureza quantitativa, pelo que se pode considerar incompleta. O modelo de CAMELS faz avaliações qualitativas na classificação dos níveis de *rating* dos bancos, mas não os identifica na sua avaliação.

Alguns dos rácios que se apresentam de seguida são os que foram utilizados nos trabalhos sobre a aplicação deste modelo.

O rácio apresentado no Quadro 4.13 está diretamente relacionado com a dimensão, já que o nível de gastos totais (gastos de transformação, gastos com provisões e imparidades e gastos com impostos) está relacionado com os ativos (que mede de alguma forma a dimensão). Quanto menor for o valor do rácio, melhor será a qualidade da gestão

Quadro 4.13 Gastos Totais / Ativo Total

(Unid.: %)											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média
CGD	1,93	1,90	1,73	2,36	1,62	1,68	2,03	2,31	2,26	2,49	2,03
BCP	2,24	1,97	1,91	1,68	1,86	1,60	1,93	3,59	3,83	4,21	2,48
BES	1,82	1,86	1,72	1,58	1,99	1,59	2,32	2,30	2,10	n.d.	1,92
BST	1,44	2,06	1,75	1,34	1,30	1,36	1,66	2,31	1,96	1,87	1,70
BPI	2,24	1,93	1,88	1,93	1,63	1,54	2,40	1,66	1,65	n.d.	1,90

Fonte: Elaboração Própria

Em termos médios, o BST tem a melhor relação entre os gastos totais e os ativos.

BPI, BES e CGD apresentam valores médios próximos entre si e o BCP é a entidade que apresenta maior volume de gastos por unidade de ativo. Esta situação está muito relacionada com o peso das imparidades no numerador do rácio. Observa-se igualmente que o BES e a CGD a partir de 2011 também apresentam alguma degradação deste rácio.

O Quadro 4.14 apresenta os valores obridos para o rácio que realciona os gastos com pessoal com o ativo. Este rácio é um complemento do rácio anterior, visto que os gastos com pessoal são uma das componentes mais importantes dos gastos das instituições financeiras.

A importância deste rácio é grande porque os gastos com pessoal são vistos como uma das únicas variáveis de ajustamento que está na mão dos gestores, gerir. Nenhuma outra natureza de custo tem estas características.

Quadro 4.14 Gastos com Pessoal / Ativo Total

(Unid.: %)											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média
CGD	0,74	0,70	0,67	0,65	0,60	0,54	0,51	0,48	0,57	0,57	0,60
BCP	1,05	1,01	0,87	0,63	0,63	0,58	0,68	0,61	0,70	0,70	0,74
BES	0,54	0,61	0,63	0,56	0,55	0,52	0,50	0,52	0,54	n.d.	0,55
BST	0,63	0,80	0,70	0,59	0,57	0,60	0,64	0,66	0,66	0,70	0,66
BPI	1,01	0,94	0,93	0,91	0,76	0,85	0,79	0,65	0,74	0,96	0,86

Fonte: Elaboração Própria

Analisando os dados obtidos, constatamos que apesar dos gastos com pessoal terem pesos diferentes nas estruturas de custos de banco para banco, não se encontram grandes alterações estruturais neste período, o que demonstra que todos seguiram estratégias de

ajustamento semelhantes. De notar apenas que o BES era a instituição com menor peso de gastos com pessoal e que o BPI aquele em que se encontrava uma situação inversa e onde eventualmente esse ajustamento ainda não teria sido feito.

Quadro 4.15 Gastos com Pessoal / Recursos de Clientes

	(Unid.: %)										
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média
CGD	1,26	1,22	1,33	1,25	1,18	1,12	0,96	0,84	0,92	0,83	1,09
BCP	2,71	2,89	2,40	1,77	1,77	1,87	2,02	1,59	1,55	1,14	1,97
BES	1,43	1,71	1,72	1,64	1,82	1,48	1,20	1,19	1,06	n.d.	1,47
BST	2,08	2,37	2,43	1,80	1,93	1,61	1,46	1,19	1,29	1,30	1,75
BPI	2,56	2,33	2,06	1,92	1,93	2,16	1,89	1,64	1,63	1,62	1,97

Fonte: Elaboração Própria

Em relação ao rácio a sua avaliação determina que quando menor for este rácio, melhor.

Como se pode observar no Quadro 4.15, a CGD é em todos os anos do período em análise, a entidade que apresenta a melhor relação entre os gastos com pessoal e os recursos de clientes, sendo a única que apresenta rácios inferiores a 1%, entre 2011 e 2014.

As entidades que mais se aproximavam desse nível eram o BES em 2013 e o BCP em 2014, este último denotando uma melhoria substancial nos últimos anos.

O BST apresentou melhorias significativas deste rácio até 2012, estabilizando posteriormente. O BPI é, sem dúvida, a entidade que apresentava os valores mais elevados neste rácio, como seria de prever.

Quadro 4.16 Produto bancário por colaborador

	(Unid.: milhares euros)										
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média
CGD	174,5	214,5	229,3	284,2	199,8	201,5	199,0	179,3	114,3	126,6	192,3
BCP	165,7	191,2	173,7	182,3	189,3	190,6	142,7	176,7	114,8	222,5	175,0
BES	196,9	184,4	210,3	169,6	250,9	198,5	208,9	228,1	125,6	n.d.	197,0
BST	150,8	174,4	181,1	171,1	194,3	161,8	136,2	156,7	143,1	166,9	163,6
BPI	112,0	113,6	118,0	145,9	110,5	101,6	123,0	142,8	103,8	75,3	114,7

Fonte: Elaboração Própria

Os valores apresentados no Quadro 4.16 correspondem ao apuramento do rendimento gerado por colaborador. O rendimento foi medido através do produto bancário.

Os valores apurados revelam situações muito diferentes de banco para banco. O BES foi o banco onde a produtividade dos colaboradores é maior. Com pequenas oscilações ao longo do tempo, mantém essa posição durante todo o período em análise. De notar no entanto a perda de rendimento gerado em 2013, ano em que esse rácio passa para metade mas mesmo assim superior a alguns dos bancos em análise.

Próxima do BES em termos de produtividade encontrava-se a CGD, apesar do decréscimo de produtividade que vinha apresentando a partir de 2009.

O BCP apresentava-se como a entidade que apresentava uma produtividade intermédia em relação aos bancos analisados, mas foi a entidade que melhor desempenho registou em 2013, quase duplicando esse indicador.

O BST apresenta valores muito homogéneos em todo o período analisado com ligeiros decréscimos em 2011 e 2013.

Finalmente o BPI apresenta neste rácio, valores muito inferiores a todos os outros bancos sendo aquele onde o rendimento por colaborador é menor.

Quadro 4.17 Colaboradores por balcão (valores médios)

(Unid.: nº)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CGD	13,18	12,37	11,95	11,70	11,55	11,13	11,06	11,09	11,24	11,26
BCP	12,66	12,59	12,23	11,62	11,30	11,37	11,25	10,71	11,09	11,22
BES	8,47	10,43	10,16	10,16	10,07	10,37	10,82	11,23	11,46	n.d.
BST	8,72	8,18	8,13	8,02	7,91	8,10	8,40	8,61	8,84	9,12
BPI	n.d.	10,93	10,10	9,62	9,24	9,09	8,92	8,72	9,19	9,37

Fonte: Elaboração Própria

O quadro 4.17 apresenta o número de colaboradores por balcão.

Em termos globais importa referir que o ajustamento efetuado no número de colaboradores (entre 3000 e 4000 no período 2005-2014) das instituições bancárias em

Portugal não foi acompanhado pela diminuição global do número de balcões. O número de balcões dos bancos analisados era, em 2013, ligeiramente inferior ao existente em 2006 (3583 contra 3530, respetivamente).

Na CGD registou-se uma redução de 2300 colaboradores ao longo do período mas o número de balcões entre 2005 e 2014 subiu 16 (de 771 para 787).

O BCP apresentou uma redução do número de colaboradores em Portugal de 3.100 entre 2005 e 2014 e o número de balcões passou de 909 em 2005 para 695 em 2014. Foi o banco onde se registaram as maiores reduções.

O BES teve um comportamento atípico em relação aos restantes bancos porque registou um aumento próximo de 2300 colaboradores, acompanhado de um aumento do número de balcões (passando de 600 em 2005 para 643 em 2013).

O BST registou uma redução de 500 colaboradores entre 2015 e 2014 e uma redução de 83 balcões no mesmo período.

Finalmente o BPI registou uma redução de 650 colaboradores entre 2005 e 2014, mas um aumento de 24 balcões entre 2006 e 2014.

4.2.4. Rendibilidade

Para iniciar o estudo da variável “rendibilidade”, recorreremos ao modelo de “Dupont” ajustado à banca.

Assim no quadro 4.18 são apresentados os dados relativos à rendibilidade do ativo, no quadro 4.19 ao rácio de endividamento e finalmente, resultado da multiplicação do primeiro pelo segundo, do rácio que nos traduz a rendibilidade dos capitais próprios (quadro 4.20).

No quadro 4.18 apresentam-se os valores da rendibilidade do ativo. Ao contrário do que se poderia supor, existem 2 períodos distintos em termos da análise a efetuar: antes do resgate da economia portuguesa (período 2005-2010) e após o resgate (2011 e anos seguintes)

Quadro 4.18 Rendibilidade do Ativo (Resultado Líquido/ Ativo Total)

(Unid.:%)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CGD	0,48	0,66	0,74	0,50	0,23	0,04	-0,29	-0,66	-1,16	-1,25
BCP	0,52	0,81	0,42	0,51	0,22	0,29	-0,48	-1,73	-2,55	-1,19
BES	0,43	0,51	0,85	0,31	0,49	0,34	-0,18	0,18	-0,70	n.d.
BST	0,73	0,95	0,87	0,76	0,85	0,57	0,05	-0,02	0,01	0,34
BPI	0,42	0,50	0,65	0,90	0,24	0,21	-0,50	0,40	-0,07	-0,87

Fonte: Elaboração Própria

Constata-se que, em qualquer dos períodos e em todos os anos, o BST é o banco que apresenta melhor rendibilidade do ativo durante todo o período e melhor rendibilidade do capital próprio. Como este é um indicador fundamental da sustentabilidade e da confiança da banca, a importância do Banco Santander Totta em Portugal fica completamente justificada.

Em relação às restantes 4 instituições no período 2005-2010, observam-se rendibilidades médias no período muito semelhantes (entre 0,44% na CGD, 0,46% no BCP e 0,49% no BES e no BPI) como comportamentos anuais sem grande significado. O BST nesse período apresentou uma rendibilidade do ativo de 0,79%, bastante superior a todos os outros bancos analisados.

Os valores relativos aos níveis de alavancagem, com a ressalva do valor observado no BPI em 2011 (cuja justificação já foi apresentada anteriormente), não nos parecem dignos de registo especial. Será importante referir que este indicador (multiplicador da autonomia financeira) é inverso do indicador apresentado no Quadro 4.1. relativo à adequação de capital e que nesse item demos nota das principais conclusões relativamente à relação do capital próprio com o ativo.

A análise ao endividamento apresenta-se por isso complementar em relação a essa anterior.

Quadro 4.19 Alavancagem (Ativo Total / Capitais Próprios)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CGD	18,5	18,1	18,3	21,1	18,1	18,2	23,3	17,2	19,1	24,1
BCP	17,2	17,2	20,3	16,0	14,1	15,5	21,6	22,7	43,3	20,0
BES	18,7	12,4	13,1	18,6	13,6	12,1	14,3	11,0	11,6	n.d.
BST	24,9	18,2	22,6	24,5	24,5	27,8	61,1	31,8	27,4	20,8
BPI	22,0	25,0	28,2	30,4	27,7	40,2	1036,0	39,3	31,6	20,9

Fonte: Elaboração Própria

A rentabilidade do capital próprio resultado da multiplicação do rácio apurado relativamente à rentabilidade do ativo pelo de endividamento. O Quadro 4.20 sintetiza essa informação.

Como seria normal, o que dissemos relativamente à rentabilidade do ativo, é agora igualmente ajustada. Existem dois períodos distintos: um até 2010 e outro a partir de 2010. Apenas a registar em especial a destruição de valor para os acionistas verificada no BCP situação que justificou os aumentos de capital e os auxílios no âmbito do resgate, necessários à sua sustentabilidade.

Quadro 4.20 Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	(Unid.: %)									
CGD	8,8	11,9	13,5	10,5	4,1	0,8	-6,8	-11,5	-22,2	-30,2
BCP	8,9	14,0	8,5	8,1	3,1	4,5	-10,4	-39,4	-110,4	-23,8
BES	8,0	6,3	11,1	5,8	6,7	4,1	-2,6	1,9	-8,1	n.d.
BST	18,1	17,3	19,5	18,6	20,9	15,9	3,0	-0,8	0,2	7,0
BPI	9,3	12,6	18,4	27,4	6,7	8,5	-520,5	15,7	-2,1	-18,2

Fonte: Elaboração Própria

O *cost-to-income* é um dos rácios mais comentados quando se analisa um banco. Mede o efeito dos custos fixos na atividade, sendo os custos fixos medidos pelos custos de transformação e a atividade pelo produto bancário. Para analisar esses dados, quanto menos for o peso dos custos de transformação no produto bancário, melhor.

Os resultados obtidos são apresentados no Quadro 4.21.

Quadro 4.21 Cost to Income

	(Unid.:%)										
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média
CGD	57,6	51,0	50,0	41,9	59,6	58,5	55,7	57,1	95,7	84,7	61,2
BCP	71,1	58,0	63,0	52,0	50,4	51,3	73,7	55,3	87,1	40,0	60,2
BES	54,7	55,3	48,4	59,8	43,8	54,4	49,3	44,7	80,2	n.d.	54,5
BST	51,9	48,3	47,4	49,7	46,0	54,2	64,3	51,8	58,4	54,9	52,7
BPI	64,0	64,6	61,5	51,9	65,9	76,6	65,9	52,7	75,2	78,0	69,6

Fonte: Elaboração Própria

Também neste item o BST apresenta o melhor rácio. Como seria também de esperar pelos dados anteriormente analisados, o BPI apresenta o pior rácio e em termos médios, no período.

O BES era o banco que paralelamente ao BST apresentava melhores valores neste rácio, mas a performance no ano de 2013 foi muito pouco ajustada ao comportamento do banco em anos anteriores.

A CGD e o BCP apresentam comportamento muito próximo como se pode comprovar pelos valores médios obtidos para o período. De notar no entanto que no ano de 2014 o comportamento do BCP que obteve o melhor indicador registado no período 2005-2014.

4.2.5. Liquidez

Um dos rácios mais importantes quando se analisa a performance de um banco, é o rácio que compara o crédito concedido com os recursos de clientes. É conhecido por “rácio de transformação”. Quanto maior for este rácio, pior será a situação de liquidez.. As orientações do banco central vão no sentido desse rácio não ultrapassar 120% dos depósitos.

Quadro 4.22 Crédito Clientes / Recursos de Clientes

	(Unid.: %)										
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média
CGD	103,1	107,1	126,2	126,6	122,1	127,2	115,9	109,9	102,5	89,4	113,0
BCP	155,7	165,8	167,8	175,5	167,5	169,0	148,1	131,8	115,6	104,9	150,2
BES	149,5	150,4	155,5	170,6	178,7	154,5	125,5	123,1	107,3	n.d.	146,1
BST	185,0	214,1	227,1	186,7	184,3	127,4	128,2	111,7	126,7	118,6	161,0
BPI	194,5	188,7	163,0	147,0	164,9	170,4	147,6	144,0	124,3	113,3	155,8

Fonte: Elaboração Própria

Todos os bancos, como exceção da CGD, apresentaram valores muito superiores ao valor recomendado pelo Banco de Portugal. Observa-se no entanto que ao longo do tempo este rácio tem vindo a enquadrar-se dentro do limite definido. Os últimos bancos a garantir esse ajustamento foram o BPI e o BST em 2014 apesar deste banco já se aproximar do limite definido desde 2010. Registou, no entanto, em 2006 e 2007 um rácio de transformação com valores que ultrapassaram o rácio de 200%.

De notar igualmente o ajustamento ocorrido no BES a partir de 2010 depois do rácio ter estado em crescimento constante no período entre 2005 e 2009.

O BCP também foi alvo que um forte ajustamento já que durante os primeiros seis anos da análise apresentou um rácio entre 160 e 170%.

Quadro 4.23 Ativos elevada liquidez / Ativo total

	(Unid.:%)									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CGD	2,9	3,1	2,7	2,0	2,1	1,3	2,1	1,3	1,3	1,8
BCP	2,3	3,5	3,3	2,3	2,4	1,7	2,3	3,6	3,0	1,3
BES	3,3	3,0	2,9	3,1	2,7	1,0	1,1	1,3	1,6	n.d.
BST	1,7	2,2	1,7	1,6	1,7	1,0	1,5	1,8	2,1	2,6
BPI	2,8	2,3	3,0	2,1	1,8	1,5	0,9	0,9	1,4	2,3

Fonte: Elaboração Própria

A liquidez pode ser igualmente medida pelo rácio de ativos com elevada liquidez em percentagem do ativo total, como se apresenta no quadro 4.23. Os ativos de elevada liquidez constituem as disponibilidades imediatas dos bancos. Essas disponibilidades foram calculadas a partir das rubricas “caixa e disponibilidades em bancos centrais” e de “disponibilidades noutras instituições de crédito”. Quando consideradas em conjunto medem as disponibilidades imediatas que podem ser utilizadas sem perdas de valor.

Os bancos debatem-se em relação a este rácio com um dilema: se tiverem um raio alto, perdem rendibilidade e se tiverem um rácio baixo, aumentam o seu risco de liquidez...

Por isso, com variações pouco significativas, constata-se que os bancos apresentaram no período valores de liquidez próximos de 2% do seu ativo. Apenas o BCP apresenta valores um pouco superiores e o BST valores um pouco inferiores, em média.

Quadro 4.24 Recursos clientes / Ativo total

(Unid.:%)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CGD	58,6	57,5	50,4	52,3	50,8	48,5	53,1	57,0	62,0	68,0
BCP	38,8	34,9	36,1	35,6	35,4	30,7	33,5	38,2	45,4	61,1
BES	37,9	35,7	36,4	34,0	30,2	35,0	42,1	44,0	50,5	n.d.
BST	30,3	33,6	28,9	32,8	29,6	37,5	44,0	55,6	51,4	54,0
BPI	39,5	40,5	45,2	47,5	39,4	39,3	42,0	39,9	45,3	59,4

Fonte: Elaboração Própria

O rácio recursos de clientes sobre o ativo total é um desenvolvimento do rácio de transformação apresentado no Quadro 4.22. Este rácio relaciona os recursos de clientes (uma das principais fontes de financiamento das instituições) com os ativos totais (conjunto de aplicações de fundos) e permite observar como se faz o financiamento do ativo. Como normalmente os recursos de clientes têm maturidade curtas e estão expressas em meios líquidos, este rácio permite também analisar, apesar de indiretamente, o peso do *stock* de liquidez no ativo dos bancos.

A partir da análise dos valores apresentados, verifica-se que mais de metade dos ativos na CGD é financiada por recursos de clientes (em média 56%). Os restantes bancos têm percentagens menores mas observa-se que, na generalidade, todos aumentaram a importância dessa fonte de financiamento de tal forma que, no ano de 2014, todos a consideravam como a principal natureza de financiamento dos seus ativos.

O quadro 4.25 apresenta um rácio que mede a relação entre as disponibilidades e os recursos em instituições de crédito. Este rácio mede a capacidade de liquidar os recursos financeiros de instituições, pelas disponibilidades imediatas (depositadas em instituições crédito). É na prática um rácio que mede a capacidade dos bancos pagarem as suas responsabilidades a instituições de crédito com as suas disponibilidades imediatas (disponíveis em instituições de crédito).

Quadro 4.25 Disponibilidades em IC / Recursos de IC

(Unid.:%)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CGD	22,5	24,7	16,9	18,1	23,0	8,5	13,9	10,3	12,1	26,9
BCP	6,2	8,1	8,8	8,5	11,1	6,3	9,6	17,2	13,8	7,1
BES	11,0	10,0	11,2	10,9	13,4	3,6	4,0	5,2	7,2	n.d.
BST	5,9	13,7	7,6	8,7	6,5	3,4	7,8	8,5	8,0	12,0
BPI	15,3	12,7	18,4	13,7	7,5	6,4	4,9	4,0	7,4	22,5

Fonte: Elaboração Própria

Neste rácio, entre o período 2005 e 2011, a CGD foi a instituição que melhor indicador apresentou, apenas ultrapassada pelo BCP nos anos de 2012 e 2013. O valor do rácio que mais próximo do verificado na CGD, foi o obtido pelo BPI em 2014 (22,5%).

Os restantes bancos, excluindo as situações pontuais apresentadas, apresentaram durante todo o período em análise, valores bastante baixos.

4.2.6. Sensibilidade ao Risco

Para medir a sensibilidade ao risco, ou seja, a capacidade do banco se ajustar a situações adversas do mercado procedemos à construção de um indicador que expressa a diferença entre uma taxa ativa agregada (resultante do rendimento obtido a partir das aplicações global de fundos) e uma taxa passiva agregada (resultante dos gastos gerados pelos recursos alheios contraídos).

A análise do comportamento deste indicador permite observar como as instituições “geram” esse ajustamento. Os Quadros 4.26, 4.27 e 4.28 sintetizam essa informação. De referir que, sem os medir diretamente, indiretamente também são relacionados os montantes de ativos e passivos das instituições, como um todo.

Quadro 4.26 Taxa Ativa Agregada

(Unid.:%)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CGD	5,16	5,98	7,93	9,91	6,12	4,95	6,02	5,86	4,03	3,80
BCP	5,51	5,82	6,13	6,12	4,38	3,63	4,10	5,64	4,78	6,29
BES	4,52	5,59	6,26	6,80	5,59	5,04	5,65	6,28	4,58	n.d.
BST	7,06	10,54	8,74	7,56	5,30	5,00	5,26	5,77	4,18	4,03
BPI	6,80	6,46	7,99	10,05	6,41	5,24	5,86	5,14	3,91	n.d.

Fonte: Elaboração Própria

Esta taxa agregada foi calculada adicionando os “juros e rendimentos obtidos” com os “outros resultados da atividade bancária” e relacionando o resultado obtido com o total dos ativos financeiros registados no balanço. Representa uma taxa de rendibilidade média ponderada dos ativos financeiros.

Quadro 4.27 Taxa Passiva Agregada

	(Unid..%)									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CGD	2,87	3,58	5,78	7,30	4,47	3,32	4,29	4,32	2,97	2,53
BCP	2,45	2,72	3,52	4,10	2,47	1,86	2,88	3,76	3,35	2,90
BES	2,27	3,37	3,84	4,97	3,06	2,99	3,43	3,70	3,13	n.d.
BST	4,98	7,68	6,24	5,56	3,19	3,05	3,45	3,42	2,18	1,82
BPI	4,09	4,02	5,52	6,81	4,58	3,45	3,81	3,07	2,32	n.d.

Fonte: Elaboração Própria

Quanto à taxa passiva foi calculada dividindo os “juros e encargos similares” pelo total dos passivos financeiros visto que todos os passivos financeiros geram juros que são registados na rubrica indicada. E uma taxa que representa os custos dos capitais alheios.

Quadro 4.28 *Spread* agregado

	(Unid..%)										
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média
CGD	2,30	2,40	2,15	2,61	1,65	1,62	1,73	1,54	1,06	1,27	1,83
BCP	3,06	3,10	2,61	2,02	1,91	1,77	1,22	1,89	1,43	3,40	2,24
BES	2,24	2,22	2,42	1,83	2,53	2,05	2,22	2,58	1,46	n.d.	2,17
BST	2,07	2,86	2,50	2,01	2,11	1,95	1,81	2,35	2,00	2,21	2,19
BPI	2,72	2,44	2,46	3,24	1,83	1,79	2,05	2,07	1,59	n.d.	2,24

Fonte: Elaboração Própria

No quadro 4.28. apresenta-se o resultado da diferença entre os valores dos Quadro 4.26 e Quadro 4.27.

Considerámos na análise que os bancos que obtêm melhores *spreads* são os que melhor se ajustam aos riscos.

Os bancos apresentam *spreads* diferentes que gerem em função das suas políticas de gestão e ativos e passivos.

No período em análise os bancos que, de acordo com o critério que definimos, melhor gerem esta variável são o BCP e o BPI, apesar de não termos obtido a separação da margem financeira do BPI em 2014 nas suas componentes. Constatou-se, no entanto, que o *spread* no BCP se reduziu de uma forma significativa entre 2006 e 2011, recuperando nos anos seguintes. O BCP acaba mesmo por obter o melhor *spread* de todos os bancos e em todo o período analisado, em 2014.

Num patamar ligeiramente inferior encontramos o BST e o BES. O BST é o banco cujo processo de ajustamento apresenta resultados mais homogêneos sem grandes variações de ano para ano o que se traduz, em nossa opinião, numa grande estabilidade de atuação no mercado.

Finalmente, a CGD é o banco que apresenta os resultados mais fracos, motivados pelo comportamento dos *spreads* a partir de 2009.

4.3. Avaliação da performance segundo as variáveis do modelo de CAMELS

Inicialmente pensamos que as estratégias seguidas pelos bancos, permitiriam dividir o período em análise em três subperíodos: um período antes da crise financeira, um período durante a crise e um período pós-crise que, no caso português, coincidia com o período de resgate da economia portuguesa. A análise efetuada permitiu indicar que, de facto, a análise se deve centrar em dois períodos: um entre 2005 e 2010 e outro entre 2011 e 2014.

Após termos definido estes períodos, foi necessário desenvolver o processo de aplicação do modelo de CAMELS.

Na ausência de uma escala objetiva que nos permita avaliar e ponderar os rácios apresentados e analisados dentro de cada variável, procurámos encontrar um método que pudesse evitar a subjetividade da classificação que cada um de nós tem, enquanto conhecedores da realidade portuguesa e da informação que temos acompanhado sobre esses bancos ao longo do tempo.

Assim decidimos em primeiro lugar definir uma ordenação dos bancos entre si, em função dos valores obtidos para cada rácio.

Os bancos, como seria natural seguiram estratégias diferentes. Tais estratégias foram condicionadas pelos antecimentos relativos à crise financeira e ao resgate da economia portuguesa. O regulador tem definido alguns indicadores de referência, mas não existe um *benchmark* para cada um dos indicadores que calculámos para aplicar o modelo de CAMELS. Por isso ao relacionarmos os bancos uns com os outros, anulamos a necessidade de comparar os rácios de cada banco com valores de referência.

Estabelecemos assim uma escala de ordenação de 1 a 5, para cada rácio/indicador dentro de cada variável.

Assim atribuímos 1 aos melhores comportamentos dentro de cada variável e 5 aos piores comportamentos. Desta forma, ordenámos os bancos para cada rácio.

Por exemplo, apresentamos no Quadro 4. 29., para o rácio “Cost to Income” da variável, “rendibilidade” do modelo de CAMELS, a ordenação obtida:

Quadro 4.29 Ordenação do rácio “Cost- to Income”

Bancos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CGD	3	2	3	1	4	4	2	5	5	4
BCP	5	4	5	4	3	1	5	4	4	1
BES	2	3	2	5	1	3	1	1	3	5
BST	1	1	1	2	2	2	3	2	1	2
BPI	4	5	4	3	5	5	4	3	2	3

Fonte: Elaboração própria

Esta ordenação permitiu construir, banco a banco, um indicador médio para cada um dos rácios que serviram para medir a variável do modelo.

Seguindo o exemplo anterior, a partir das ordenações dos quatro rácios da variável “rendibilidade” (“rendibilidade do ativo”, “alavancagem”, rendibilidade dos capitais próprios” e “cost-to-income”) foi possível construir, a partir da média simples dos 4 valores obtidos, um indicador conjunto da posição relativa de cada banco por variável.

Optamos por fazer a média simples para que cada um indicadores para não ter que os ponderar com pesos diferentes. Por isso, cada um dos rácios nesta variável definida pelo 4 racios indicados, pesa 25% do total.

Seguindo o exemplo anterior, o Quadro 30 apresenta o indicador conjunto da variável “rendibilidade” para os bancos analisados, nos períodos considerados.

Quadro 4.30 Indicador conjunto da variável “rendibilidade”

	2005-2010	2011-2014	2005-2014
CGD	3,25	3,56	3,38
BCP	2,96	3,81	3,30
BES	2,92	2,56	2,78
BST	2,08	2,00	2,05
BPI	3,58	3,06	3,38

Fonte: Elaboração própria

Procedemos de igual modo para cada uma das seis variáveis do modelo de CAMELS.

Finalmente, para ordenar os 5 bancos analisados, nos períodos considerados, somámos os valores obtidos para as 6 variáveis e depois dividimos o resultado obtido por 5 (valor ótimo que se obteria se um banco tivesse as melhores performances relativas em todos os rácios e em todas as variáveis).

Os resultados obtidos são apresentados no Quadro 4.31. A última linha do quadro regista o resultado deste último procedimento.

Quadro 4.31 Indicador agregado da performance por período

	CGD		BCP		BES		BST		BPI	
	2005-10	2011-14	2005-10	2011-14	2005-10	2011-14	2005-10	2011-14	2005-10	2011-14
Adequação de Capital	3,18	3,25	2,67	3,17	1,91	2,5	3,29	3,17	3,9	3,42
Qualidade Ativos	2,97	3,08	3,22	3,25	2,89	3,54	2,78	2,21	3,22	2,75
Qualidade da Gestão	2,67	2,45	3,89	3,65	2,16	2,95	2,63	2,53	3,91	3,73
Rendibilidade	3,25	3,56	2,96	3,81	2,92	2,56	2,08	2	3,58	3,06
Liquidez	1,54	1,75	3,21	2,81	3,08	3,81	4,5	2,81	2,71	3,94
Sensibilidade ao Risco	3,56	3,5	2,61	2,5	3,11	2,92	2,96	2,25	2,72	3,17
GERAL	3,43	3,52	3,71	3,84	3,21	3,66	3,65	2,99	4,01	4,01

Com base nos dados apresentados à luz do modelo de CAMELS podemos verificar que os bancos apresentaram comportamentos que se podem sintetizar por:

- (i) Genericamente os bancos no período 205-2014 têm poucos capitais próprios.o banco que melhor estava posicionado na ranking dos bancos era o BES apesar dessa relação se ter deteriorado no período 2011-2014. Mesmo assim, nesse período foi o que melhor posição teve em tre os 5 bancos analisados. O BST e o BPI foram os bancos que melhoraram a sua posição no período 2011-14. Mais

significativamente no BPI que no BST. O banco que regista a maior deterioração de um período para o outro, foi o BCP;

- (ii) Em relação à “qualidade dos ativos” entre os dois períodos, observa-se que apenas o BST melhora a sua posição relativamente a esta variável. Todos os outros bancos vêem a sua situação deteriorar-se;
- (iii) Sobre a “qualidade da gestão” apenas o BES regista perda de qualidade entre os dois períodos. Em todos os outros com maior ou menor grau, existe uma melhoria de posição no que diz respeito à qualidade da gestão;
- (iv) No que diz respeito à “rendibilidade”, apenas a CGD e o BCP pioraram os seus níveis relativos de rendibilidade. Todos os outros bancos apresentaram melhorias em relação ao comportamento observado no período 2005-2011;
- (v) Em relação à “liquidez” apenas o BCP e o BST melhoram as suas posições. BES e BPI registam as maiores quedas no indicador. A CGD também registou uma deterioração no seu posicionamento;
- (vi) Quanto à “sensibilidade ao risco”, apenas o BPI vê a sua posição deteriorar-se. Todos os outros bancos melhoram o nível do seu posicionamento entre os dois períodos.

Capítulo V – Conclusões, limitações e desenvolvimentos futuros

5.1. Conclusões sobre os Bancos analisados

As condições em que se desenvolveram as atividades da banca em Portugal no período entre 2005 e 2014 foram bastante adversas.

Assegurando a manutenção de níveis mínimos de atividade recorrendo a endividamento tanto interno como externo, os bancos criaram e, por outro lado foram vítimas, de um processo baseado fundamentalmente em crédito não sustentado em capitais próprios, para criar o seu crescimento.

Essa injeção de capital que introduziram na economia permitiu esconder durante muito tempo situações deficitárias em empresas e particulares.

Ao estudarmos o Acordo de Basileia II ficámos com a convicção que o modelo sobre o qual foi criado, privilegiava a constituição de grandes entidades incentivando a utilização de instrumentos vários para crescer em ativos assegurando os mínimos possíveis de capital próprio. Comprovámos essas estratégias ao analisar a adequação de capital tanto do ponto de vista conceptual como analítico. Ao contrário do que se pudesse pensar, recorrendo apenas às contas internas (Portugal) e não às contas consolidadas como é comum fazer, era o BES o banco que antes de 2013 (ano em que existiu de facto uma degradação na sua atividade e performance) melhores rácios de capital obtinha entre os bancos analisados. Não foi por isso devido à atividade interna que o BES foi resolvido. Pensamos que esta é uma primeira grande conclusão que podemos retirar da nossa análise.

Mesmo recorrendo aos restantes atributos que o modelo de CAMELS utiliza, o BES não é o banco que apresenta o nível mais baixo de performance relativa. Esse banco é o BPI que estranhamente mantém o indicador que construímos, antes e depois do resgate da economia portuguesa de 2011. Este é um banco onde se justificam, devido à sua debilidade, processos com vista à sua aquisição e eventual fusão posterior. Esta é a segunda grande conclusão sobre os bancos analisados.

Por outro lado, o BST é, sem dúvida um banco que melhorou bastante o seu posicionamento no período 2011-2014. Com rácios de capital baixos mas com boa performance nos outros do modelo de CAMELS atributos grande qualidade de ativos.

BCP e CGD são, sem dúvida as instituições que apresentam maior deterioração das contas individuais refletindo a sua exposição à economia portuguesa, em crise. A CGD apenas melhora na variável “qualidade da gestão”. O BCP pelas perdas de rendibilidade

de teve, alvo de perdas importantes em termos de crédito, deteriorou os seus rácios de capital e a sua liquidez, fortemente. Interessante a realidade medida pelo índice que regista melhorias na “qualidade da gestão” e na “sensibilidade ao risco” atributos que são o reflexo da estabilidade dos órgãos de gestão que se regista no pós-crise financeira portuguesa em alternativa à instabilidade de gestão existentes entre 2006 e 2008.

5.2. Limitações na utilização do modelo de CAMELS e trabalhos futuros

No que diz respeito ao modelo importa igualmente observar que encontramos na literatura uma grande diversidade de indicadores para explicar as variáveis do modelo de *ratings* de CAMELS.

Uma das limitações deste estudo relaciona-se com a falta de confirmação da escolha dos melhores rácios dentro de cada variável para trabalhar as demonstrações financeiras dos bancos. Consideramos que esta limitação deve ser ultrapassada em trabalhos futuros que estudem as melhores indicadores a utilizar na explicação das variáveis, com recurso a modelos multivariados.

Outra das limitações do estudo foi a consideração de pesos iguais para cada rácio dentro de cada variável e de pesos também iguais das variáveis entre si para determinar o indicador global de performance. Também esta limitação pode ser ultrapassada estudando quais os fatores e os pesos de cada variável recorrendo a regressões múltiplas.

Esse indicador global serve para classificar o banco numa determinada classe de *rating*, se tivermos a avaliar o modelo da ótica do supervisor, tendo em conta a respetiva performance.

Se o tentarmos fazer, não temos métodos objetivos para classificar os bancos nos *ratings* visto o indicador global de performance ter sido calculado tendo em conta os bancos entre si sem a consideração de benchmarks ou de valores de referência que os bancos não possam ultrapassar.

Com a informação que temos e a partir da perceção que temos sobre os bancos, aliada ao que estudámos sobre o seu comportamento nestes períodos, arriscaríamos a classificação do Quadro 5.1.

Quadro 5.1. – Classificação proposta (modelo de CAMELS)

CGD	<i>Rating 3</i> , com supervisão atenta à adequação de capital, qualidade dos ativos e rentabilidade e sensibilidade ao risco;
BCP	<i>Rating 3</i> , com supervisão atenta em todas variáveis; também possível classificação no <i>rating 4</i> ;
BES	<i>Rating 3</i> – com supervisão atenta em todas as variáveis mas em especial sobre a liquidez e a qualidade dos ativos.
BST	<i>Rating 2</i> , com acompanhamento especial da adequação de capital;
BPI	<i>Rating 4</i> .

Fonte: Elaboração própria

Para ultrapassar esta limitação penso que a utilização de variáveis qualitativas no modelo e nas suas componentes seriam igualmente uma maisvalia importante para o estudo na performance na banca.

Independentemente de todas as limitações encontradas, considero que o meu conhecimento sobre a banca ficou enormemente enriquecido com a realização deste estudo.

Referências Bibliográficas

Avkiran, N.K. (1995), “*Developing an Instrument to Measure Customer Service Quality in Branch Banking*”, *International Journal of Banks Marketing*, Vol. 12(6), pp. 10-18.

Banco de Portugal (2015) Contas Instituições Financeiras. Disponível em www.bportugal.pt/ptPT/Supervisao/Paginas/Contasdasinstituicoes.aspx (acedido a partir de 12 Janeiro 2016)

Banco de Portugal (2011), “Aviso sobre rácios de "Core Tier 1", Disponível em <https://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoEuroSistema/ComunicadoseNotasdeInformacao/Paginas/comb20110512-1.aspx> (acedido em 12 Novembro de 2015).

Bank for International Settlements (1988), *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards*. Disponível em www.bis.org/publ/bsbc111.pdf (acedido em 20 de Setembro de 2015).

Bank for International Settlements (1996), *Amendment to the Capital Accord to Incorporate Market Risks*. Disponível em www.bis.org/publ/bsbc244.pdf (acedido em 27 de Setembro de 2015).

Bank for International Settlements (2004) *Basel II: International Convergence of Capital Measurement and Capital standards - a Revised Framework*, Disponível em: <http://www.bis.org/publ/bcbs128.htm> (acedido em 13 de Outubro de 2015).

Bank for International Settlements (2013) *Basel III: The Liquidity Coverage Ratio and liquidity risk monitoring tools*. Disponível em: www.bis.org/publ/bcbs238.pdf (acedido em 5 de Dezembro de 2015).

Basel Committee on Banking Supervision (2006), “*International Convergence of Capital Measurement and Capital standards – a revised Framework*”, disponível em <http://www.bis.org/publ/bcbs118.pdf> (acedido em 15 de Outubro de 2015).

Basel Committee on Banking Supervision (2010a), “*Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems*” (Revisão de Junho), disponível em <http://www.bis.org/publ/bcbs189.pdf> (acedido em 10 Novembro de 2015).

Basel Committee on Banking Supervision (2010b), “*International Framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring*”, disponível em <http://www.bis.org/publ/bcbs188.pdf> (acedido em 14 Novembro de 2015).

Basel Committee on Banking Supervision (2010c), “*Press release: Group of Governors and Heads of Supervision announces higher global minimum capital standards*”,

disponível em <http://www.bis.org/press/p100912.pdf> (acedido em 20 Novembro de 2015).

Basel Committee on Banking Supervision (2013), “*Basel III: The Liquidity Coverage Ratio and liquidity risk monitoring tools*”, disponível em <http://www.bis.org/publ/bcbs238.htm> (7 de Dezembro de 2015).

Basel Committee on Banking Supervision (2008), *Principles for Sound Liquidity Risk Management and Supervision*, disponível em: <http://www.bis.org/publ/bcbs144.pdf> (acedido em 30 Outubro de 2015).

Buerger, L. (2010), *Camels Ratings: what they mean and why they matter*, White paper, SchiffHardin, LLP.

Cardoso, Fernando F., (2005). *Gestão Bancária, Notas das Aulas*. Disponível em <http://w3.ualg.pt/~fcardoso/gbp4.pdf> (acedido em 6 Setembro de 2015)

Chandani, A., Mehta, M., & Chandrasekaran, K. B. (2014). A Working Paper on the Impact of Gender of Leader on the Financial Performance of the Bank: A Case of ICICI Bank. *Procedia Economics and Finance*, 11, 459-471.

Dash, M. e A. Das (2009), *A Camels Analysis of the Indian Banking Industry*. Available at SSRN- id1666900.pdf.

Dincer, H., Gencer, G., Orhan, N., & Sahinbas, K. (2011). *A performance evaluation of the Turkish banking sector after the global crisis via CAMELS ratios*. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 24, 1530-1545.

Fernandes, C. (2015) . *Risco de Liquidez e Regulamentação Bancária*, Dissertação de Mestrado em Finanças, não publicada, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Gonçalves, A.M. & Ribeiro, J.D., (1989). *Cursos Regulares de Formação Bancária, Operações Bancárias Gerais I*, Instituto de Formação Bancária.

Gregório, J. (2005) *Análise comparativa da rendibilidade do setor bancário privado atuante no Brasil no período de 1997 a 2004*, Dissertação de Mestrado, não publicada, Universidade de São Paulo.

Hays et al (2009), *Efficiency Ratios and Community Bank Performance*, *Journal of Finance and Accountancy*.

Ho, T.S.Y., A Saunders (1981), *The determinants of bank interest margins: theory and empirical evidence*, *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, 16 (4), 581-600.

Koch, Timothy W. (1995). *Bank Management*, 3rd. edition, Fort Worth. The Dryden Press,

Mendes, A. (2013) *Transição de Basileia II para o Basileia III*, Dissertação de Mestrado em Finanças, não publicada, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.

- Neves, J. C. das (2011), *Análise e Relato Financeiro, Uma Visão Integrada de Gestão*, Texto Editores, Lisboa.
- Rodica-Oana, I., (2014), *The evolution of Romania's financial and banking system*. *Procedia Economics and Finance*, 15, 760-768.
- Roman, A., e Şargu, A. C. (2013). Analysing the financial soundness of the commercial banks in Romanian approach based on the camels *framework*. *Procedia Economics and Finance*, 6, 703-712.
- Rostami, M., (2015), *Determination of CAMELS model on bank's performance*, *International journal of multidisciplinary research and development*, 2, 10, 652-664
- Rozzani, N., & Rahman, R. A. (2013). *Camels and performance evaluation of banks in Malaysia: conventional versus Islamic*. *Journal of Islamic Finance and Business Research*, 2(1), 36-45.
- Saunders, A. (2000). *Financial institutions management: a modern perspective*, McGraw-Hill.
- Saunders, A., L. Schumacher (2000), *The determinants of bank interest rate margins: an international study*. *Journal of International Money and Finance*, 19 (6), 813-832.
- Saunders, A., MM Cornett (2006). *Financial institutions management: A risk management approach*, McGraw-Hill/Irwin.
- Siems, T.F., Barr, R.S., (1998). Benchmarking the Productive Efficiency of U.S. Banks. *Financial Industry Studies*, Federal Reserve Bank of Dallas, 11-24.
- Soni, R. (2012). *Applicability of CAMELS Rating for Supervisory Regulation of the Indian Banking System*. *Vishwakarma Business Review*, 2(2), 14-20.
- Uniform Financial Institutions Rating System (1997). *Statements of Policy*. The United States: Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC). *teristics and bank management and ownership structure*, Bank of Kansas City.
- VanHoose, D. (2007), *Theories of bank behavior under capital regulation*, *Journal of Banking & Finance* 31, 3680-3697, Elsevier.
- Venkatesh, Dr. Jyothi and Suresh, Chithra (2014), *Comparative Performance Evaluation of Selected Commercial Banks in Kingdom of Bahrain Using CAMELS Method*. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2418144>
- Yet, Quey-Jen (1996) , *The Application of Data Envelopment Analysis in Conjunction with Financial Ratios for Bank Performance Evaluation*. *Journal of the Operational Research Society*, 47, 980-988.

Sites Consultados

Associação Portuguesa de Bancos: <http://www.apb.pt>
Banco BES: <http://www.bes.pt/>
Banco BPI: <http://www.bancobpi.pt/grupo-bpi>
Banco CGD: www.cgd.pt
Banco Millenniumbcp: www.millenniumbcp.pt
Banco Portugal <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Paginas/inicio.aspx>
Banco Santander Totta: <http://www.santadertotta.pt/>
Jornal o “Público”: <http://www.publico.pt/>

Anexos

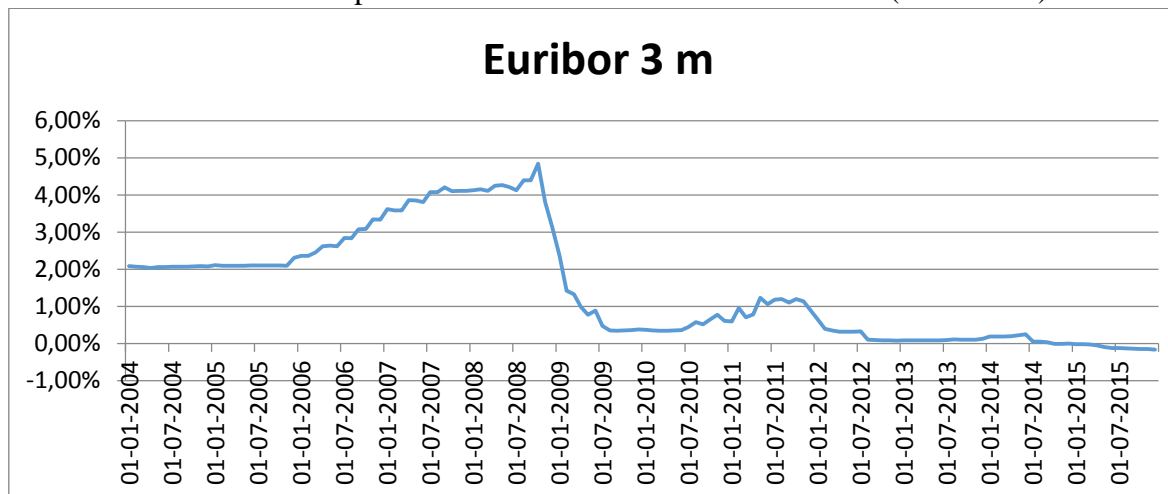
Estrutura Agregada Balanço											
											Unid.: %
BCP	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média
Disponibilidades Liquidez	19,0	21,4	19,8	13,3	11,6	10,5	14,9	18,6	13,2	3,5	14,6
Crédito Clientes	60,4	57,9	60,7	62,5	59,4	51,9	49,6	50,3	52,5	64,0	56,9
Aplicações em Ativos Financeiros	7,6	8,8	8,6	13,3	17,8	26,7	24,6	20,0	20,2	16,1	16,4
Investimentos em associadas	2,3	2,5	2,3	4,4	4,9	3,8	4,1	4,1	5,7	7,1	4,1
ATIVOS FINANCEIROS	89,4	90,6	91,3	93,6	93,8	93,0	93,1	93,0	91,5	90,7	92,0
Ativos detidos para venda	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,8	1,0	1,2	1,3	1,9	0,7
Propriedades de Investimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ativos tangíveis e intangíveis	0,8	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,4	0,5
Activos por impostos	0,6	0,5	0,6	0,6	0,7	0,8	1,7	2,1	3,3	4,9	1,6
Outros ativos não financeiros	9,3	8,2	7,5	5,3	4,4	5,0	3,9	3,3	3,6	2,1	5,3
ATIVOS NÃO FINANCEIROS	10,6	9,4	8,7	6,4	6,2	7,0	6,9	7,0	8,5	9,3	8,0
TOTAL ATIVO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Recursos Instituições Financeiras	37,1	43,6	37,8	26,7	21,6	26,8	23,8	21,2	21,6	18,7	27,9
Recursos Clientes	38,8	34,9	36,1	35,6	35,4	30,7	33,5	38,2	45,4	61,1	39,0
Passivos representados por títulos	11,4	11,8	15,6	16,0	18,2	17,4	20,2	29,0	24,3	11,5	17,6
Passivos por investimentos	1,3	1,3	3,2	8,1	6,7	4,4	4,5	1,9	1,0	1,5	3,4
PASSIVOS FINANCEIROS	88,7	91,7	92,8	86,5	82,1	79,4	82,0	90,3	92,3	92,7	87,8
Provisões + Imparidades	1,1	1,0	1,0	0,9	0,8	0,7	0,5	0,5	0,5	0,9	0,8
Passivos por impostos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros passivos	4,4	1,5	1,2	6,3	10,0	13,4	12,9	4,9	4,9	1,3	6,1
PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	5,5	2,5	2,2	7,3	10,8	14,1	13,4	5,4	5,4	2,3	6,9
TOTAL PASSIVO	94,2	94,2	95,1	93,8	92,9	93,5	95,4	95,6	97,7	95,0	94,7
Capital + P. Emissão - Ações próprias	6,4	6,0	5,6	5,5	5,2	4,8	6,3	4,2	4,6	6,5	5,5
Outros Instrum capital	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
Reservas Reavaliação	0,1	0,1	0,0	-0,1	0,0	-0,2	-0,4	0,1	0,1	0,2	0,0
Outras Reservas	-1,2	-1,1	-1,0	0,3	0,6	0,6	-0,8	1,9	0,2	-0,5	-0,1
Resultado Líquido	0,5	0,8	0,4	0,5	0,2	0,3	-0,5	-1,7	-2,6	-1,2	-0,3
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	5,8	5,8	4,9	6,2	7,1	6,5	4,6	4,4	2,3	5,0	5,3

DR Agregada										
Unid: %										
BES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Média
Margem Financeira	41,2	52,3	48,4	62,4	49,0	44,0	41,2	38,6	42,7	46,7
Comissões Líquidas	25,3	25,3	26,4	30,9	24,2	31,9	29,6	25,9	48,3	29,8
Rendimento títulos	18,3	11,1	15,8	16,6	17,1	21,2	24,0	7,2	32,7	18,2
Resultados Investimentos financeiros	7,4	10,4	9,4	-9,8	-1,4	3,7	8,2	30,1	-22,9	3,9
Resultado Desinvestimentos	7,7	0,9	0,0	-0,1	11,0	-0,8	-3,1	-1,8	-0,8	1,4
Produto bancário	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Gastos Transformação	54,7	55,3	48,4	59,8	43,8	54,4	49,3	44,7	80,2	54,5
Provisões e Imparidades	23,6	16,6	14,7	22,3	32,7	29,5	68,2	49,0	89,4	38,4
Impostos	2,7	6,6	3,8	1,3	3,6	-3,8	-9,0	-0,8	-19,6	-1,7
Resultado Líquido	19,0	21,5	33,1	16,6	19,9	19,9	-8,4	7,2	-50,0	8,7

DR Agregada											
											Unid: %
BST	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média
Margem Financeira	55,9	47,8	49,0	51,6	52,2	58,9	48,4	50,2	53,5	56,2	52,4
Comissões Líquidas	29,5	30,5	29,9	31,5	28,5	35,7	43,1	37,1	38,7	31,2	33,6
Rendimento títulos	8,4	8,5	9,8	11,8	10,4	11,2	13,0	9,5	7,4	4,7	9,5
Resultados Investimentos financeiros	6,2	8,9	9,0	4,9	3,4	-6,0	-4,8	2,8	1,6	7,2	3,3
Resultado Desinvestimentos	0,0	4,3	2,2	0,2	5,5	0,2	0,3	0,4	-1,2	0,7	1,3
Produto bancário	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Gastos Transformação	51,9	48,3	47,4	49,7	46,0	54,2	64,3	51,8	58,4	54,9	52,7
Provisões e Imparidades	11,3	11,9	12,4	5,8	8,6	9,9	37,4	50,4	39,3	23,2	21,0
Impostos	3,1	8,3	7,1	8,1	5,7	6,2	-4,5	-1,2	2,0	6,7	4,2
Resultado Líquido	33,6	31,5	33,1	36,3	39,7	29,6	2,9	-1,0	0,3	15,3	22,1

ANEXO 2

Gráfico A2.1– Comportamento da taxa EURIBOR a 3 meses (2004-2015)



Fonte: Elaboração própria a partir de <http://pt.euribor-rates.eu/euribor-2015.asp>